



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

LUISA SANTOS GUEDES PEREIRA

ATAQUES EM SÃO PAULO: UM CASO DE MÍDIA

Rio de Janeiro, novembro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

LUISA SANTOS GUEDES PEREIRA

ATAQUES EM SÃO PAULO: UM CASO DE MÍDIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito para obtenção de grau em
Comunicação Social, habilitação em
Jornalismo.

Rio de Janeiro, novembro de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

LUISA SANTOS GUEDES PEREIRA

ATAQUES EM SÃO PAULO: UM CASO DE MÍDIA

Aprovada em 11 de dezembro de 2006.

Orientador:

Prof. Dr. Ana Paula Goulart Ribeiro

Examinadores:

Prof. Dr. Micael Maiolino Herschmann

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, sempre.
- Aos amigos, que reclamaram da minha ausência sem entender muito bem meu projeto, mas ainda assim souberam me incentivar a concluir esse trabalho;
- Aos amigos do jornal, especialmente os que compartilharam idéias ou dividiram problemas;
- À professora Ana Paula, que soube me orientar de forma simples e tranqüila.

RESUMO

A partir da deterioração das tradições e do fortalecimento do individualismo, a violência e a discussão sobre o crime organizado entraram definitivamente na rotina da sociedade brasileira. Parte da responsabilidade pela sensação de insegurança é atribuída à mídia, que, por outro lado, não é considerada capaz de apontar soluções. Isso não significa, porém, que os veículos de comunicação não tenham papel importante na definição de uma agenda pública de discussão sobre o tema. Este trabalho analisa como a imprensa cobre a violência e exerce influência sobre a forma como a questão é vista por autoridades e pela sociedade em geral. A pesquisa inclui um estudo de caso sobre reportagens produzidas pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, sobre ataques promovidos por uma facção criminosa em São Paulo, em 2006.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. VIOLÊNCIA À BRASILEIRA

1.1. Diversas óticas e um breve histórico

1.1.1. Mitos

1.1.2. De exceção a regra

1.1.3. O fim de Hobin Hood

1.2. Violência Urbana

1.2.1. Cidade, lugar violento

1.2.2. Rio de Janeiro e São Paulo sob os holofotes

1.3. Segurança pública e justiça criminal

1.3.1. A Polícia na contramão da Segurança Pública

1.3.2. Uma discussão sobre punição: elemento central no combate à violência

1.3.3. A falta de comunidade, poder e autoridade

2. VIOLÊNCIA, MÍDIA, GOVERNO E SOCIEDADE

2.1. Crime e violência na imprensa

2.1.1. Da reportagem policial à segurança pública

2.1.2. A cobertura da violência hoje

2.1.3. Algumas possíveis conseqüências das mudanças

2.2. A hipótese do Agenda-Setting

2.2.1. A mídia e a construção das agendas

2.2.2. Relação com a agenda dos leitores

2.2.3. Impactos na agenda do governo

3. ATAQUES EM SÃO PAULO: UM CASO DE MÍDIA

3.1. Resumo da cobertura

3.2. Análise do conteúdo

4. CONCLUSÃO

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Em 2006, a violência e a segurança pública foram discutidas pela imprensa brasileira de forma diferente da usual. As mudanças não resultaram de acordos estabelecidos entre donos de jornais ou, como poderia ter acontecido em outros tempos, fruto de imposições do Estado. Desta vez, a própria violência fez o assunto romper barreiras: no dia 12 de maio, a maior facção criminosa de São Paulo comandou os primeiros de uma série de atentados na capital paulista, que se estenderiam pelos meses seguintes, provocando debates inéditos.

No Rio de Janeiro, a repercussão dos ataques alterou profundamente a cobertura da violência: os jornais da cidade, que não costumam abrir espaço para os crimes que acontecem em São Paulo (Ramos e Paiva, 2004:9), se viram obrigados a abordar o assunto. Para o jornal *O Globo*, o desafio foi ainda maior, visto que entre os cariocas ele é o que dá mais destaque a temas nacionais e, portanto, se viu diante da necessidade de traduzir no noticiário a importância dos atentados que paralisaram o mais importante centro financeiro do país.

Este trabalho pretende analisar a abordagem da violência na imprensa, com base na cobertura do jornal *O Globo* sobre os fatos relacionados aos ataques em São Paulo. A pesquisa aborda matérias produzidas entre os dias 15 de maio de 2006 e 15 de setembro do mesmo ano. Neste período foram publicadas 180 páginas com notícias sobre o assunto. Para a análise detalhada do conteúdo, optou-se por selecionar as matérias publicadas na página 3, a primeira da editoria nacional e, portanto, uma das mais importantes do jornal. Nesta etapa, considerou-se, então, um conjunto de 24 páginas.

Diante da complexidade do assunto, optou-se por analisar as múltiplas abordagens sobre a violência, antes de chegar à violência urbana, tema central das reportagens do jornal *O Globo* em que se baseia o estudo de caso. Assim, para o primeiro capítulo foi feito um levantamento bibliográfico sobre a violência. Aqui ela é apresentada então não só como o uso da força física, mas também em sua dimensão simbólica, discutida a partir de autores como Gilberto Velho e Michel Misse. Fica claro então que não há uma definição única que possa resumir o que é a violência.

Em seguida, o trabalho apresenta a construção desta definição no Brasil. Trata-se de uma trajetória repleta de mitos, que vão desde a suposta cordialidade natural dos brasileiros até a relação intrínseca entre pobreza e violência. Para desconstruir estes argumentos, recorre-se a uma retrospectiva da violência no país. Aqui ela já é entendida

como manifestação factual, visto que este é o foco central da análise. O tema é discutido desde os anos 1950 até os atuais 2000.

Embora haja poucos dados confiáveis sobre o assunto no Brasil – a produção de índices e estatísticas, por exemplo, é recente e irregular –, é indiscutível que a violência física passa de exceção à regra do cotidiano de grande parte dos brasileiros. De 1980 a 2002, a taxa de homicídios no Brasil passou de 11,7 por 100 mil habitantes em 1980 para 28,5 em 2002 – índice que coloca o país entre os mais violentos do mundo. É importante, então, apontar como o processo incompleto de modernização da sociedade brasileira contribuiu para que o país chegasse a esta situação. Entre os autores que compõem esta discussão estão Maria Alice Rezende de Carvalho e Luis Eduardo Soares.

A partir daí, é possível analisar a mudança do perfil da criminalidade no Brasil. Nas grandes cidades, as relações dos bandidos com suas próprias comunidades se transformaram e agora são baseadas na difusão do terror (Soares, 2000:30). O desafio aumentou: trata-se de resolver os antigos problemas de uma modernidade incompleta, e enfrentar os novos, impostos pelo capitalismo global.

Dando sequência à investigação sobre as causas da violência que invadiu o cotidiano nas últimas décadas, o segundo item deste primeiro capítulo trata especificamente da violência urbana. As cidades, antes associadas à vida civilizada, passaram a ser vistas como o resumo do caos. Há, portanto, um pessimismo crescente relacionado à experiência urbana. Determinadas tensões são, de fato, inerentes às cidades. A quebra de paradigmas experimentada pela sociedade brasileira ao longo do século XX mostrou-se de maneira mais dramática nos grandes centros urbanos. Para isso contribui, por exemplo, a falta de confiança na polícia e no sistema judiciário.

É importante ressaltar que, embora haja coincidências, a violência urbana não se manifesta da mesma maneira em todas as cidades e sequer tem a mesma origem. As diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo são analisadas como exemplo. A escolha das duas cidades não foi feita de modo aleatório. Ambas vivem sob os holofotes de pesquisas e reportagens das mídias impressa e televisiva. São, por vezes, apontadas como as mais violentas do país, enquanto os índices provam o contrário.

No contexto destas cidades, a relação da sociedade com a Polícia e com a Justiça é também fundamental para a compreensão da violência. O poder público concebe o controle da criminalidade como uma espécie de guerra civil entre autoridades e bandidos. As forças policiais, em última análise, são usadas para a manutenção do

status quo. A solução para o problema termina recaindo sobre a Justiça. Mas, além de depender das investigações do aparelho policial, o sistema judiciário também tem suas falhas. Muitas delas são heranças do regime militar que resistiram à redemocratização. A Justiça deve, portanto, ser repensada e a mídia tem papel importante na construção dessa nova imagem da realidade brasileira.

Diante disso, o capítulo dois é dedicado à discussão sobre as relações entre violência, mídia, sociedade e governo. Em primeiro lugar, foi feita uma análise de como a cobertura policial chegou a seus atuais padrões. Nota-se nessa trajetória um esforço da imprensa em qualificar os repórteres dessa área. Se antes havia promiscuidade e cumplicidade entre jornalistas e policiais, agora os meios de comunicação tentam desenvolver um olhar cada vez mais crítico em relação às informações oficiais.

As mudanças nas redações acompanharam, de certa forma, as transformações políticas e sociais. A visão crítica se desenvolveu com maior intensidade a partir da redemocratização do país, após o regime militar, na década de 1980. Além da promiscuidade, o próprio termo repórter policial começa a perder espaço com a difusão do conceito de segurança pública. Hoje a cobertura da violência inclui denúncias sobre corrupção, crimes financeiros e má gestão da administração pública.

As mudanças, entretanto, ainda são incipientes em certos aspectos. Num segundo momento deste capítulo, a análise é direcionada para o estado atual da cobertura. O principal problema é a falta de contextualização. As notícias sobre violência são, em geral, curtas, baseadas em histórias individuais e sem respaldo em números ou dados ajudem a ampliar a compreensão da falta de segurança.

Conforme será mostrado ainda neste capítulo, é enorme a capacidade que os meios de comunicação de massa têm para interferir neste problema. A partir das teorias do agenda-setting, é possível entender de que forma a mídia pode pautar os debates públicos. Nesta análise, consideram-se também as agendas da sociedade e do setor público, incluindo-se aí os responsáveis pela elaboração das políticas de gestão da segurança pública. Além disso, a própria violência é capaz de provocar agendamento, agindo como linguagem. No caso dos ataques em São Paulo, isso será detalhadamente analisado. Esta é a última parte do trabalho.

Os atentados foram organizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), a facção criminosa mais poderosa do estado de São Paulo. A onda de violência começou na noite de 12 de maio de 2006, uma sexta-feira. Os primeiros ataques a delegacias, carros e postos da polícia deixaram pelo menos 30 mortos, dos quais 23 eram policiais,

e mais 20 feridos. Os criminosos fizeram ainda rebeliões simultâneas em 22 presídios do estado, nos quais 110 pessoas foram feitas reféns.

Os ataques se estenderam por nove dias, durante os quais foram mortos 42 agentes policiais e 152 suspeitos de envolvimento com o crime organizado. No dia 27 de junho, foi a vez de a polícia protagonizar os ataques. Em uma reação a denúncias de que criminosos estariam planejando novos atentados, policiais mataram 13 pessoas. As consequências foram vistas no mês seguinte.

Uma nova onda de violência foi comandada pelo PCC no início de julho. Na noite do dia 2, criminosos atacaram policiais em represália à morte de 13 suspeitos de envolvimento com a facção na semana anterior. No dia 12, dois meses depois das primeiras ações da facção, eles voltaram a comandar ataques em diversas cidades de São Paulo, provocando a morte de oito pessoas. A motivação seria a divulgação de uma lista com o nome de 40 presos que poderiam ser transferidos de penitenciárias paulistas para o presídio federal de segurança máxima em Catandúvas, no Paraná.

Em agosto, novas ações do PCC se espalharam por São Paulo. No dia 7, criminosos promoveram 93 ataques na capital e no interior de São Paulo, talvez como reação à possibilidade de cancelamento do indulto para os presidiários no dia dos pais. A novidade maior no dia 14 de agosto, quando uma equipe de reportagem da *TV Globo* foi seqüestrada por integrantes da facção. Para que Guilherme Portanova fosse liberado, os criminosos exigiram que um vídeo fosse exibido pela rede de televisão. Durante o seqüestro, o repórter nada sofreu, mas naquele momento o crime mudou de patamar e os ataques em São Paulo transformaram-se em um caso de mídia.

Outras particularidades da cobertura serão analisadas neste terceiro capítulo. A exploração da disputa eleitoral, o destaque dado repetidamente à polícia e o esforço para contextualizar as informações estão entre as principais características das matérias analisadas. A partir deste quadro, o objetivo é compreender melhor a violência no contexto midiático e pensar de que forma a imprensa pode interferir positivamente neste debate, promovendo mudanças no noticiário cotidiano.

(1) VIOLÊNCIA À BRASILEIRA

(1.1) Diversas óticas e um breve histórico

(1.1.1) Mitos

Para discutir o tema “violência” é necessário, antes, questionar o próprio significado da palavra. A violência está presente tanto em situações simbólicas quanto em manifestações factuais tangíveis. De um lado, a dominação histórica marca a trajetória de sociedades e grupos sociais (mulheres, índios e homossexuais, por exemplo); a perfeição é imposta como modelo, seja na estética, seja na constante demanda por aprimoramento profissional; o estímulo ao consumo insaciável e impossível agride diariamente aqueles que estão expostos ao bombardeio de mensagens da era da informação; muitos convivem com a angústia de sentirem-se constantemente vigiados por uma sociedade que, de fato, cultiva o controle de uns sobre outros; e a dominação cultural oprime o diferente, de maneira mais forte a partir da padronização favorecida pelo capitalismo.

Por outro lado, de forma mais urgente, o crime organizado; o descaso do Estado; as agressões domésticas; o vandalismo; as disputas agrárias; a desordem pública e a agressividade dos motoristas marcam o cotidiano dos cidadãos modernos, especialmente nas grandes cidades. Este é, em última análise, o foco desta pesquisa. Antes, contudo, é importante discutir de que maneira estas manifestações e estes sentidos se entrelaçam na construção daquilo que é chamado de “violência urbana” e é assim retratado pela mídia, de forma tão freqüente e com tantas conseqüências – entre elas o aumento da sensação de insegurança, que parece ser a interseção entre a violência simbólica e a factual.

Diante da complexidade do assunto, é importante analisar as múltiplas abordagens sobre o tema, antes de chegar à análise das reportagens produzidas pelo jornal *O Globo* na cobertura da série de atentados promovidos por uma facção criminosa, este ano, em São Paulo – objeto de estudo deste trabalho.

Para o antropólogo Michel Misse, a variedade de interpretações possíveis torna o conceito “violência” capaz de ter implicações sociais diferentes de acordo com a maneira como for usado, produzindo uma performance e um resultado. Quando alguma

situação ou ação é caracterizada como violenta, quem assim a define termina por demandar, simultaneamente e de forma consciente ou não, uma outra ação: uma intervenção no sentido contrário. No próprio movimento da definição da violência há, portanto, uma busca pelo que se chama de “contra-violência”.

Desta forma, a violência é entendida como tudo aquilo que vai contra a ordem pré-estabelecida, ou seja, não é legítimo. Sendo essa legitimidade fundada no poder de um grupo dominante, e considerando que é incomum o hábito de reconhecer a violência em si mesmo, as acusações são sempre contra o outro. Essa postura é nítida na mídia, não só na cobertura policial, como também na política, na econômica e até na esportiva.

Denunciar irregularidades, claro, é um dos papéis assumidos pela mídia. As relações entre a imprensa e os poderes públicos e privados são muito estreitas e serão detalhadas mais adiante. Cabe aqui, entretanto, discutir em que medida o noticiário colabora com a consolidação da idéia de que há um espectro chamado violência, que, com suas múltiplas faces, aterroriza a todos. Para Misse, trata-se de um discurso histórico, que, unificando toda e qualquer transgressão sob o rótulo da violência, leva a demandas autoritárias de ordem.

“Esse tipo de questão não pode, de modo algum, ser simplificado porque senão nós caímos no discurso da mídia, que é o de construir e aproveitar-se de cenários simplificados, geralmente, em torno de eventos isolados para generalizá-los e fazer a população crer que, efetivamente, esses eventos representam um conjunto da violência da cidade, quando isso não é verdade”.
(Misse, 2006:30)

Na tentativa de minimizar essa distorção, uma das soluções é distinguir essa variedade de eventos a partir da trajetória daquilo que no Brasil foi classificado como violência. Faz-se necessária, então, uma breve retrospectiva.

Inicialmente, contra a força da violência no Brasil, argumentou-se durante muito tempo que o brasileiro seria um povo cordial, marcado por uma democracia racial, e que, portanto, seria avesso a práticas violentas. Parte da responsabilidade por essa concepção é atribuída a Sérgio Buarque de Holanda, que teria sido o primeiro a discorrer sobre a cordialidade da sociedade brasileira, no clássico *Raízes do Brasil*.

Em defesa do autor, entretanto, o pesquisador Carlos Alberto Messeder Pereira argumenta que houve uma simplificação de seu conceito. De acordo com Messeder, o conceito foi transformado – de maneira equivocada – em sinônimo de bondade, “excluindo-se, assim, toda referência, por exemplo, à emoção da violência e do

conflito” (Messeder Pereira, 2000:123). Para ele, essa leitura só pode ser entendida em um contexto maior, analisando a ênfase dada a uma visão pacifista do Brasil.

No passado, foram muitas as contribuições de pensadores para a construção de um imaginário sobre o país cujas marcas seriam o pacifismo e a negação da violência. O conflito aberto e explícito não era considerado entre as possibilidades de solução das dificuldades e contradições sociais brasileiras. Nasce aí a imagem do malandro como personagem que lidaria de modo mais tipicamente brasileiro com o conflito social: o verdadeiro “herói nacional”.

“Especialmente a partir dos anos [19]20, [19]30, com a implementação no Brasil de um “paradigma moderno”, este ideário da malandragem e de uma não-violência “constitutiva” do nacional se afirmou de modo mais sistemático. Esta era, me parece, a contrapartida de uma modernidade autoritária e socialmente excludente que se delineava mais e mais claramente no país” (Messeder Pereira, 2000:123).

Na mesma linha, o sociólogo Cláudio Beato afirma que o brasileiro não é e nunca foi um povo cordial, no sentido consagrado por uma maioria (*O Globo Online*, 10/09/2006¹). Os conflitos registrados durante a Guerra de Canudos (1896 a 1897), no interior da Bahia, seriam exemplos da inexistência dessa cordialidade. Calcula-se que, em um ano de guerra, cerca de 25 mil pessoas tenham morrido nos confrontos.

O antropólogo Gilberto Velho também vai contra a suposta cordialidade natural dos brasileiros e ressalta que a violência não se limita ao uso da força física: a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui uma dimensão fundamental de sua natureza. A violência associa-se a uma idéia de poder e dominação, relacionada à possibilidade de imposição de vontade; desejo ou projeto de um sobre outro. E a noção de outro faz lembrar que a diferença é parte da vida social e, como base das relações entre indivíduos, é fonte permanente de tensão e conflito.

Esse processo de diferenciação se tornou mais agudo no mundo moderno contemporâneo. Há atualmente, portanto, uma constante necessidade de conciliar interesses e pontos de vista. Para que essa negociação não se transforme em violência, é necessário que a noção de justiça seja compartilhada por todos, que por sua vez devem ser considerados iguais.

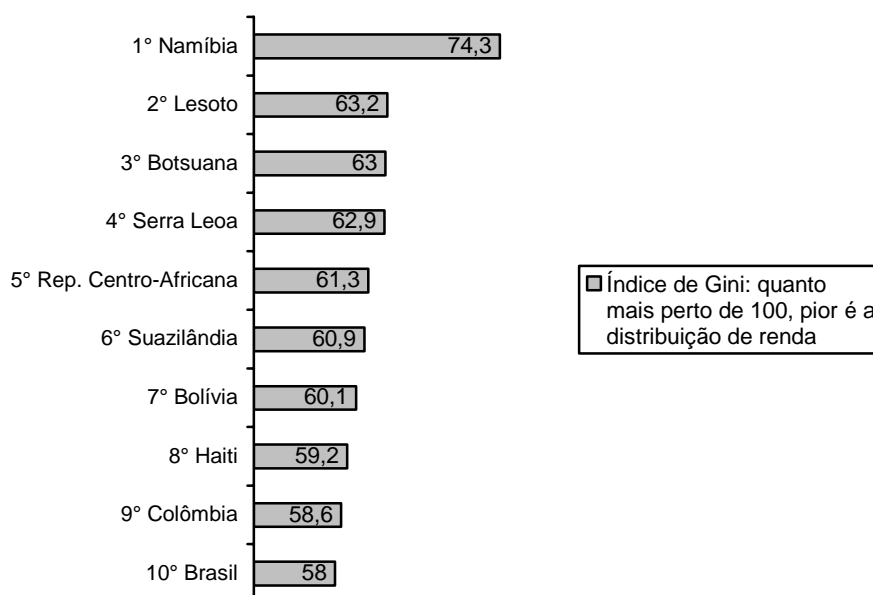
Com o estímulo à especialização contínua, presente na rotina da sociedade moderna desde o surgimento da idéia de divisão social do trabalho, as distinções sociais

¹Áudio acessado em 10/09/2006, disponível em:
<http://oglobo.globo.com/multimedia/resultado.asp?editoria=&tipo=A&plvchave=&p=15>.

passaram a gerar diferenças. Segundo Velho, a desigualdade social é uma das diferenças associadas diretamente à produção de tensão e conflito. Ele nega, entretanto, que esta questão, que é um eterno desafio para o Brasil, seja uma explicação completa para a incapacidade de negociação pacífica que se observa no país.

Em 2006, o Brasil ocupa o décimo lugar no ranking dos países mais desiguais do mundo, estabelecido pelo cálculo do coeficiente de Gini. Nas Américas, só está em condições melhores que Bolívia, Haiti e Colômbia.

Os países mais desiguais (de acordo com o índice de Gini)



Entretanto, a partir do princípio de que a pobreza, isoladamente, não implica a perda de referenciais éticos que sustentem as interações entre grupos e indivíduos, deve-se considerar que uma das variáveis fundamentais para compreender a crescente violência da sociedade brasileira é, além da desigualdade social, “o fato de esta estar acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais” (Velho, 1996:15 e 16).

(1.1.2) De exceção a regra

Em muitas interpretações, a desigualdade se torna um problema mais grave com a ruptura da estrutura tradicional da sociedade brasileira, consolidada ao longo do século XX. Citando como exemplo os laços entre patrão e cliente – que extrapolavam as relações de trabalho, gerando uma aliança apoiada em lealdade e solidariedade –, Velho afirma que antes, mesmo durante o período da escravidão, identificava-se um sistema de reciprocidade: fora da lógica de mercado do capitalismo moderno, indivíduos de posições hierárquicas distintas podiam compartilhar suas diferentes expectativas culturais de forma compatível. Ele ilustra essa realidade demonstrando ter sido possível que escravos classificassem seus patrões como “bons”, associando-os a uma noção de justiça, embora fossem responsáveis por um regime que perpetuava, essencialmente, a desigualdade.

O sociólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário de segurança do Rio de Janeiro, argumenta, no entanto, que a simples existência de oligarquias, com pactos entre si, agrava a crise social produzida pela desigualdade. Ele reconhece que houve tentativas de estimular a participação das massas urbanas, desde os anos 1930, nos governos de Getúlio Vargas (1930 a 1945 e 1950 a 1954), e esforços semelhantes em relação às massas rurais, a partir dos anos 1960. Mas diz, no entanto, que o acordo entre as elites tradicionalmente excluiu as classes subalternas. O contrário aconteceu nos países onde o capitalismo se desenvolveu por via democrática, como França, Inglaterra e Estados Unidos (Soares, 2000:32).

No Rio de Janeiro, então capital federal, até 1950 – antes, portanto, da ditadura militar (1964 a 1985) e do milagre econômico da década de 1970 – as dificuldades financeiras enfrentadas por todo o Brasil não pareciam fomentar tantas tensões sociais quanto hoje, segundo o jornalista Zuenir Ventura. A pobreza, em estágio anterior à miséria, ainda não carregava combustíveis explosivos. À época, a violência política se fazia mais presente que a violência urbana, tal como é pensada hoje, e o bandido mais citado pela imprensa era também o político mais poderoso da Baixada Fluminense: Tenório Cavalcanti. Deputado recordista de votos; candidato duas vezes ao governo do estado; prócer da UDN, o Homem da Capa Preta, como era conhecido, foi o símbolo mais duradouro da violência política no Rio (Ventura, 1994: 22).

Pouco depois, segundo Messeder, o colapso do populismo nos anos 1960 e a crise do modelo autoritário de poder do regime militar, a partir de meados da década de

1970, deixaram em evidência o conflito social como mecanismo legítimo de encaminhamento dos embates sociais. O vigor da violência física e simbólica passa então a fazer-se presente de forma radical e duradoura na sociedade brasileira.

A modernização conservadora imposta pelos militares deteriorou a hierarquia, típica das relações tradicionais. Constitui-se aí mais uma fonte de violência, segundo Soares. Ele ressalta que nas fases preliminares de desenvolvimento a convivência entre a hierarquia e o autoritarismo era conveniente para o regime, ainda que essa coexistência não levasse a qualquer relação de causa e consequência.

Aos poucos, porém, a hierarquia deixou de ser um valor simbólico de ordenação do mundo e perdeu algumas de suas propriedades fundamentais. Entre elas, a capacidade de estabelecer uma relação de responsabilidade que ligava o superior a seu inferior, como no exemplo, comum no passado, do compadrio entre um camponês e um coronel, chefe de poder local.

Assim, compromissos tradicionais, que compensavam a verticalidade das relações entre indivíduos, foram progressivamente desfeitos. De acordo com Soares, as consequências fizeram surgir um modelo de relações sociais estruturado em uma combinação perigosa, ao carregar parte do sistema de dependência entre indivíduos, típico da ordem tradicional, para uma realidade baseada no individualismo.

“Temos assim o pior dos dois mundos: o pior da hierarquia, da qual escapam os valores que envolvem mutualidade e só se conservam as diferenças e suas consequências, como o exercício de poder e a afirmação da autoridade; e o pior da formalidade moderna, típico do domínio nacional-legal, na ordem liberal-democrática, que é a indiferença, a disposição permanente e irrestrita a maximizar benefícios individuais, e a renúncia legitimada à responsabilidade pelo outro” (Soares, 2000:34 e 35).

Até os anos 1970, mesmo nas grandes cidades, as relações pessoais eram regidas por padrões de interação mais amistosos, coerentes com a lógica do clientelismo, segundo Velho. Embora a tensão social sempre estivesse presente – com eventuais irrupções de violência –, ainda tendiam a predominar acordos e negociações que diluíam a ameaça de confronto físico. Mas desigualdade, individualismo e violência têm relações diretas e explosivas.

À medida que o individualismo foi assumindo formas mais antagônicas, e a impessoalidade foi gradativamente ocupando espaços antes caracterizados por contatos presenciais, a violência física foi entrando na rotina e passou de exceção a regra do cotidiano, conforme já citado. Velho explica:

“A natureza do individualismo na sociedade brasileira vem assumindo características tais que a tornam palco de um capitalismo voraz com uma dimensão selvagem, relegando a segundo plano as referidas preocupações com equidade e reforma social. A incapacidade específica do poder público em gerir e atender às necessidades básicas de uma população pobre, em acelerado crescimento, acentua ainda mais esse quadro, agravado pela evidente conivência da polícia com a criminalidade” (Velho, 1996:19).

A estas transformações da estrutura de organização social brasileira, somaram-se mudanças sócio-econômicas e demográficas registradas na década de 1970. Houve então um crescimento econômico explosivo, acompanhado por uma transformação radical do mapa sociológico do Brasil. Em menos de duas décadas, parte dos 70% da população do país que se concentravam no campo transfere-se para as cidades, de modo caótico e em condições de exploração e miséria. Apenas 30% se mantêm no campo, e o Brasil se torna um exemplo de concentração de renda e separação de classes (Soares, 2000:33).

Dessa combinação de fatores, a socióloga Maria Alice Rezende Carvalho afirma surgir, durante o regime militar, um velado elogio à transgressão. São tempos de desmoralização da ordem legal e desinstitucionalização. A lei passa a ser denunciada como manifestação da tirania do Estado – “ao tema da pobreza agregava-se o da opressão, configurando um quadro em que, no limite, a ilegalidade era tida como uma forma de protesto social, e o bandido, um herói pré-político”.

“[Esse processo] conheceu uma dimensão paramilitar quando suas lideranças estabeleceram influência econômica e, conseqüentemente, controle político sobre as comunidades onde mantinham seus negócios. (...) Pesquisas nessa direção têm sugerido, por exemplo, que o padrão organizacional do crime transmutou-se em uma atividade empresarial que alicia novos quadros com base na remuneração, em visível contraste com as adesões de natureza “pré-moderna”, nas quais estão envolvidos compromissos morais e personalizados para com as lideranças”. (Carvalho, 2000:52).

Para o historiador e antropólogo Marcos Alvito, nos anos 1970 todos tinham vergonha de ser traficantes: a atividade desonrosa ainda não havia sido adotada definitivamente em nome da honra, o que aconteceu depois, quando os valores passaram a ter novos significados para bandidos e parte de suas comunidades. Isso não significa que hoje o tráfico seja uma atividade honrosa ou mesmo coerente com os ideais de hierarquia e reciprocidade, típicos da antiga organização tradicional da sociedade. Mas

nesse passado não tão distante, o bandido não se afirmava como tal. Ele ainda era tolerado apenas por ser parente, amigo, ou morador da comunidade.

De acordo com Alvito, houve uma reavaliação da categoria da honra e uma relativização do seu uso: “É isso que explica que os traficantes, antes cobertos de vergonha, agora sejam julgados de acordo com seu comportamento, segundo as normas da honra” (Alvito, 1996:154).

(1.1.3) O fim de Hobin Hood

No início do processo de mudança da essência do comportamento criminoso, do outro lado, intelectuais e pesquisadores simultaneamente afastaram-se da velha postura que tendia a idealizar os criminosos. Não só por conta da radical mudança ideológica que marcou o período da redemocratização, nos anos 1980, mas também porque os bandidos, de certa forma, também se transformaram: a violência se banalizou e assumiu escalas industriais com a expansão do tráfico de armas, nas palavras de Soares. Para ele, os laços entre indivíduo e comunidade deterioraram-se de forma, até agora, irreparável.

Esse dismantelamento das relações sociais é, em parte, consequência do regime militar, que somente ao sucumbir revelou a degradação da própria dimensão do público, cuja causa não foi apenas a ausência de liberdades imposta pela ditadura. Segundo Carvalho, a transição democrática expôs os resultados do modelo de modernização adotado: uma sociedade sem cultura cívica, sem vida associativa, sem partidos políticos consolidados e sem normas confiáveis que favorecessem a convivência social. Nem mesmo o relativo sucesso da redemocratização foi capaz de reduzir a distância entre sociedade e autoridades. Embora associado à disseminação de estímulos à participação, esse processo “parece agravar a autonomização da sociedade em relação ao quadro político-institucional e aprofundar, paradoxalmente, o fosso entre práticas sociais afirmativas e o ideal de uma ordem inclusiva e democrática” (Carvalho, 2000:61).

A disseminação dos individualismos, exposta nas entrelinhas das observações da socióloga, é, contudo, um dos pressupostos para a consolidação da democracia, conforme ressalta Velho. Ele lembra que o individualismo em si não é mau. É, na verdade, um fenômeno sócio-cultural que tem um tempo histórico e uma importância: significou o rompimento com laços feudais e com certo tipo de hierarquia que impedia o incremento, não só de forças produtivas, mas também de potenciais de desenvolvimento pessoal.

O individualismo extremado, no entanto, é desancorado de compromissos éticos. Para Velho, o banditismo pode estar expressando isso a partir da violência cruel, “o modo mais agudo de revelar o total desrespeito e desconsideração pelo outro”. É importante salientar, porém, que no Brasil o crescimento e a difusão dos valores individualistas – sempre de forma fragmentária – não significaram o fim da hierarquia, que, contudo, já não tem o mesmo poder uniformizador e generalizante do passado.

“Embora a sociedade brasileira nunca correspondesse integralmente a um modelo hierárquico, sem dúvida ele foi dominante em grande parte de nossa história. Já o quadro atual é de dramática diferenciação e heterogeneidade de interesses, valores e linguagens. A ausência de um sistema de reciprocidade minimamente eficaz se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. Há uma permanente tensão entre valores hierarquizantes e individualistas” (Velho, 1996:18 e 19).

Na definição de Soares, a sociedade brasileira é orientada por elementos do modelo cultural hierárquico e socializada de acordo com modelo do individualismo igualitário liberal. Ele explica: essas ambivalências favorecem as elites (levando, por exemplo, à flexibilização dos rigores legais e à aceitação das divisões entre classes) e desorientam agentes subalternos. Nas suas palavras, as divisões socioeconômicas são naturalizadas com a linguagem hierárquica, e se lavam as mãos com a linguagem individualista. De maneira mais crítica e resumida, Misse também discute a modernização incompleta da sociedade brasileira, relacionando-a diretamente à violência.

“No Brasil, nós nem concluímos o processo de modernização, nem completamos o processo de incorporação das massas ao capitalismo moderno, economicamente racional e orientado; nem conseguimos completar o assalariamento do trabalho; não conseguimos estender os direitos civis à esmagadora maioria da população trabalhadora e queremos e achamos surpreendente que estejamos vivendo nesse clima que, unificadamente, colocamos sob a designação de “violência”” (Misse, 2006:24).

É nítido hoje que a cidadania não se impôs como valor no país e nem implementou mecanismos democráticos que permitissem o desenvolvimento de um sistema sócio-político minimamente satisfatório para a maior parte da população. Como consequência, a violência implantou-se no cotidiano das relações, não apenas entre indivíduos de diferentes classes, mas também no interior das camadas populares. Segundo Velho, isso aconteceu em parte devido ao desenvolvimento de novas formas de criminalidade, liderado por traficantes de drogas. Suas quadrilhas são compostas

predominantemente por jovens, que passam a exercer, em muitos casos, um controle efetivo sobre parte das cidades (Velho, 1996:18).

A socióloga Julita Lemgruber acrescenta que, nos grandes centros urbanos brasileiros, a violência e a criminalidade estão relacionadas a um casamento explosivo entre drogas e armas. A situação atual é resultado de 20 anos em que não se controlaram a entrada, a venda e a circulação de armas no país (Lemgruber, 2006:67). Segundo Beato, o acesso à droga e à arma é a base de um estilo de vida que está acima do crime organizado: a disposição da juventude para resolver conflitos com violência.

O sociólogo afirma que a violência interpessoal está presente na maioria dos homicídios, e existe uma efetiva adesão de parte dos jovens pobres à transgressão, sustentada na crença de que os riscos nela envolvidos são compensados por outros riscos sociais que nem se colocavam para a geração de seus pais, já que estes ocupavam posição subalterna no mundo hierarquizado. “Esses jovens explicitam sua rejeição ao tipo de vida dos pais e dos avós” (*O Globo Online*²).

Essa rejeição estende-se do passado ao presente. Para Soares, em grandes cidades, “as relações entre bandido e população, nos bairros pobres e favelas, são antes de mais nada apoiadas na difusão do terror. Há muito tempo Hobin Hood aposentou-se” (Soares, 2000:30). Agora, de acordo com Carvalho, o crime redimensiona e aprofunda a recusa à política formal, revestindo-a de violência. Com isso, a já frágil organização popular é destruída, como revelam as investidas de criminosos sobre as associações de moradores das favelas onde vivem e são líderes.

“A longa exclusão política das classes populares coincidiu com a emergência de um cenário atual, (...) mundialmente redefinido por novos padrões de produção e consumo, novos modos de constituição de identidades coletivas e novos critérios de legitimação de autoridade, levando a que a agenda da incorporação desse vasto contingente ao mundo dos direitos e da liberdade não possa ignorar os desafios contemporâneos inscritos na teoria e na prática democráticas” (Carvalho, 2000:49).

Para Misse, nunca se teve uma consciência tão aguda desse problema quanto atualmente. Situações piores já foram vividas no Rio, e, aparentemente, a visibilidade e a preocupação não chegaram ao ponto em que estão hoje. Isso decorre, segundo ele, da politização do tema na imprensa; da consciência aguda de que a questão da segurança não é, exclusivamente, uma questão de polícia, mas consequência de fatores que

² <http://oglobo.globo.com/multimedia/resultado.asp?editoria=&tipo=A&plvchave=&p=15>, áudio acessado em 10/09/2006

colocam em risco as instituições democráticas. Há atualmente, segundo Misse, um esclarecimento crescente, e pesquisadores chegaram a um consenso com relação aos pontos principais dessa questão: trata-se agora de tentar resolver os problemas de uma modernidade incompleta, e, ao mesmo tempo, enfrentar os novos problemas postos pelo capitalismo global.

(1.2) Violência urbana

(1.2.1) Cidade, lugar violento

Embora a violência não se resuma a homicídios, a maioria dos crimes que viram notícia envolve mortes, e os dados sobre assassinatos são os mais abundantes nas pesquisas relacionadas ao tema. De janeiro a junho de 2006, 3.467 pessoas foram assassinadas ou vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte) no Brasil. As estatísticas mais recentes do Ministério da Saúde mostram que, em 2004, 48.374 pessoas foram vítimas de homicídios no país. A partir destes dados, comparação feita pelo jornal *O Globo* revela que os números estão muito acima dos que foram registrados em países que convivem com a guerra: em quase dois anos, entre março de 2003 e o final de 2005, foram contabilizadas 30 mil mortes de civis no Iraque, alvo de ocupação militar dos Estados Unidos (*O Globo*, caderno especial, 02/10/2006).

A maior taxa de homicídios do Brasil é registrada no Sudeste (36,6 para cada 100 mil habitantes), a região mais urbanizada do país (*O Globo*, caderno especial, 02/10/2006). Enquanto isso, no campo, as mortes causadas por conflitos agrários não chegavam a 50 durante a década de 1990 (Musumeci, 1998:3). De fato, as cidades brasileiras, que durante muito tempo foram para o país o símbolo maior da vida civilizada, são agora o resumo do caos. O historiador e pesquisador da comunicação Michael Herschmann observa que há hoje um pessimismo crescente associado à vida urbana, que passou a ser identificada como experiência em que o cotidiano é marcado pela violência e pela desordem.

O autor estudou as representações da galera funk na imprensa e argumenta que a mídia termina por naturalizar a repressão dos órgãos de segurança pública a este e a outros grupos urbanos marginalizados. Isso porque, para conquistar visibilidade, eles se vêem forçados a se adaptar aos critérios de noticiabilidade dos jornais, que terminam por levar à reafirmação de sua condição de marginais. Por outro lado, entretanto,

Herschmann ressalta que, ao tornar-lhes visíveis, a mídia contribui com suas reivindicações por cidadania. Além disso, a partir daí, vêm à tona a discussão sobre o lugar do pobre e seu direito de acesso à cidade e “surtem na pauta as contradições do processo de democratização do país, ao expor as suas fissuras sociais” (Herschmann, 2000:189).

Para a antropóloga Maria Alice Rezende de Carvalho, existe uma tensão inerente às cidades. Ela cita análises em que a violência urbana é tratada como uma relação social capaz de articular esferas cada vez mais amplas da sociedade, atribuindo um novo significado à sua qualidade “urbana”. Tais abordagens minimizam a importância de temas recorrentes na sociologia, como a migração interna e a inadaptação dos migrantes ao universo moderno industrial. Por outro lado, o que estas correntes valorizam é essa “tensão constitutiva das cidades contemporâneas” (Carvalho, 2000:53).

A explicação para essa permanente latência do conflito pode estar na quebra de paradigmas experimentada pela sociedade brasileira ao longo do século XX, o que se mostraria de maneira mais dramática nas cidades. Conforme discutido na primeira parte deste capítulo, passou-se de uma organização social tradicional e hierárquica a outra, que se pretende moderna e liberal. Produzidas de forma fragmentária, estas mudanças levaram ao estremecimento da sociabilidade urbana. Acelerou-se então o desinvestimento nas tradições brasileiras, o que, de acordo com Alba Zaluar, tem resultados graves para as relações sociais estabelecidas nos grandes centros.

“No nível local, essa nova tendência tem tido consequências inesperadas e trágicas nas famílias pobres e em suas organizações vicinais, o que, no meu entender, facilita o domínio dos grupos de traficantes no poder local, a quebra dos laços sociais dentro da família, e entre as famílias na vizinhança” (Zaluar, 1996:64).

A esta modernização incompleta somou-se também o crescimento das cidades. Para Gilberto Velho, transformações observadas nos grandes centros – tais como a expansão da economia de mercado, as migrações, a industrialização, a introdução de novas tecnologias e o fortalecimento da cultura de massa – contribuíram para a consolidação deste processo, que abriu amplo espaço para o individualismo, tão necessário ao declínio da hierarquia, conforme explicado anteriormente.

Observado especialmente na periferia e nas favelas, esse crescimento desordenado obstruiu a implantação de dispositivos mínimos que permitissem a integração dessas regiões ao conjunto da cidade, segundo Michel Misse. Ele recorda que

as promessas de reconhecimento social e incorporação das camadas populares fizeram parte do populismo político dos anos 1950, mas se dissolveram ao longo da ditadura militar, que castigou as décadas de 1960 a 1980. Hoje, esses compromissos parecem ainda mais distantes diante do fracasso das políticas públicas e do “processo de incorporação da mão-de-obra que vem, cada vez mais, com o desemprego estrutural, deixando de servir de referência à juventude” (Misse, 2006:25).

No Brasil, um fenômeno atual escapa em parte a esta tese, mas suas consequências a médio prazo ainda não podem ser avaliadas. Trata-se da migração de retorno: a partir de cruzamento de dados de diferentes pesquisas, é possível afirmar que o número de nordestinos que vão para São Paulo já é menor que a quantidade daqueles que voltam para sua terra natal. Analistas atribuem esse novo movimento aos problemas enfrentados nas grandes cidades do Sudeste, como a dificuldade de encontrar trabalho, e também a programas sociais do atual governo federal que garantem a sobrevivência da população em seu lugar de origem, a exemplo do Bolsa Família (*O Globo*, 12/11/2006). Se isso, por um lado, é sinal de que há um investimento na tentativa de garantir cidadania aos segmentos mais pobres, por outro lado mostra que nestes centros, como São Paulo, a situação tornou-se insustentável para essa parcela da sociedade

Ainda sobre a descrença dos jovens no futuro, citada por Misse, Carvalho a identifica como apenas um dos resultados daquilo que chama de hiato entre a sociedade e o Estado. A distância seria fruto da desqualificação da esfera pública como espaço de participação. Essas seriam também as raízes da apatia política, da recusa a vínculos associativos, e da diluição da solidariedade social, o que, em conjunto, levaria à generalização de comportamentos predatórios.

“Assim, quer por que o aprofundamento da ordem racional-legal começa a desfazer os nós que mantinham atados a política clientelista e os grotões nacionais, quer porque cresce espontaneamente o número de miseráveis que sequer às clientelas têm acesso, o fato é que a crença na capacidade de a política corrigir resultados de mercado vem perdendo força, o que, numa conjuntura como a nossa, fomenta as condições para que as grandes cidades brasileiras se transformem em celeiros da violência e em “campos de caça” para uma multidão sem amarras que já emergiu e permanecerá à tona, inclusive porque não tem mais para onde retornar” (Carvalho, 1994:132).

A falta de confiança das massas populares no poder público e o justificado sentimento de insegurança que nutrem em relação à Polícia são, de acordo com a pesquisadora Leonarda Musumeci, dois dos motivos que levam à reprodução da

violência. Ela diz que ambos são reflexos de um enfoque bélico que é dado ao problema. Embora admita que é em torno do tráfico de armas e drogas que se estrutura a face mais visível da violência urbana – não só no Brasil, como no resto do mundo –, argumenta:

“Tem-se exagerado, contudo, na retórica do “crime organizado” como justificava para o tratamento do problema por um viés militar e bélico, enxergando-se as comunidades carentes, onde se enraíza uma ponta do tráfico (nem sempre a mais importante), como focos de contestação à soberania nacional – viés que sanciona outras formas de violência e arbítrio, oriunda do aparelho de Estado, contra essas comunidades” (Musumeci, 1998:2 e 3).

Essa concentração de energias no combate ao chamado crime organizado se explica, em parte, pelo destaque assegurado “às facções” pela mídia. Lembrando que a violência ocorre em todos os planos sociais – político, econômico, psicológico –, Muniz Sodré diz que “o que nós aprendemos da violência pelos jornais, pela mídia, é a violência visível, é a violência que pode ser encenada, dramatizada” (Sodré, 2006: 37).

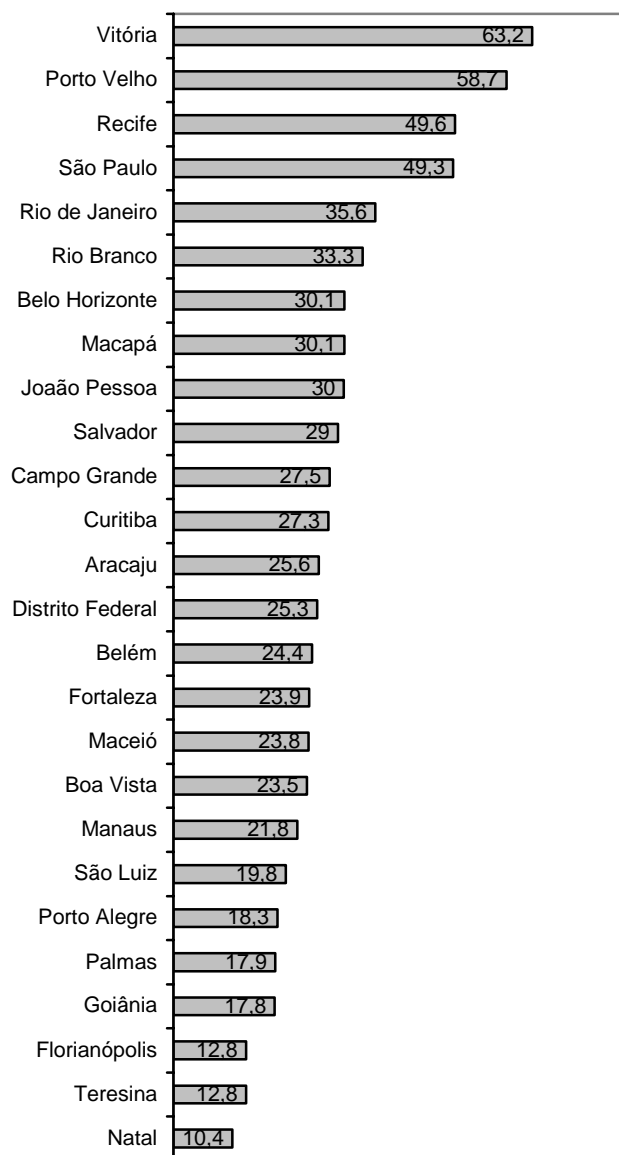
(1.2.2) Rio de Janeiro e São Paulo sob os holofotes

O aumento do número de homicídios por arma de fogo pode ser um dos indícios da força que, de fato, o crime organizado tem. Antes do início dos anos 1990, as mortes provocadas por outros instrumentos superavam os casos de vítimas de disparos. Já no ano 2000, enquanto os registros de homicídios com armas de fogo eram mais de 30.000, aqueles com outros instrumentos se mantinham bem abaixo de 20.000 (Lemgruber, 2006:67).

Em todo o país, a maioria das vítimas de homicídios são jovens do sexo masculino, de 12 a 29 anos. Entre os negros, os adolescentes chegam a representar 50% do total de mortos anualmente no país, em dados levantados entre 1997 e 2000 (Lemgruber, 2006:69). Em dados de 1995, rapazes desta idade respondiam por 47,7% das vítimas de assassinatos e mortes decorrentes de lesões dolosas no país, correspondendo a um índice de 78,4 óbitos a cada cem mil habitantes dessa faixa etária. Em áreas pobres das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, “os homicídios na faixa dos 15 aos 34 anos atingem proporções endêmicas, chegando a mais de 200 por cem mil habitantes” (Musumeci, 1998:3).

Talvez este seja um dos motivos que levam a literatura brasileira sobre violência a se concentrar nestas duas cidades, especialmente no Rio, que, no entanto, ocupa posição inferior a São Paulo no ranking de homicídios dolosos no país: ficam em quinto (com 35,6 por cem mil habitantes) e quarto (com 49,3 por cem mil habitantes), respectivamente.

Taxa de homicídios dolosos
a cada cem mil habitantes nas capitais
estaduais e no distrito federal, em 2001



Fonte: Ministério da Justiça

Embora seja um fenômeno comum a todo o Brasil, a marginalização política dos segmentos populares, produziu na capital fluminense um estímulo particular à cisão da

população, segundo Carvalho. Na cidade, a modernização não se fez acompanhar de um novo padrão de sociabilidade, em consequência não apenas da incapacidade do mercado capitalista de incorporar as massas trabalhadoras, mas também da assustadora ausência de espírito público das elites econômicas cariocas. Um outro padrão – mais universalista e mais integrador das classes populares – é observado em São Paulo, “onde o mundo do trabalho, hegemônico, reordenou a vida social com base na integração econômica e na participação política dos trabalhadores pobres” (Carvalho, 1994:29).

A industrialização de São Paulo conferiu força e maior capacidade de negociação às suas camadas populares junto às elites. No Rio, ao contrário, além do arcaísmo das relações de trabalho, consolidou-se a incoerência entre os interesses das massas e aqueles da esfera estatal, que ainda apresenta resquícios do longo período em que a cidade foi capital do país. Para Carvalho, essas diferenças historicamente produzidas são cruciais para o estabelecimento das dinâmicas diversas da violência nas duas cidades. Isso porque, segundo ela, a natureza do problema deve ser pensada justamente a partir da perspectiva da liberdade, que deveria permitir que as camadas populares lutassem por seus direitos e cuja ausência é mais marcante na cidade do Rio, se comparada a São Paulo. Ela vai contra o consenso em torno da agenda da igualdade, produzido a partir da progressiva liberalização política, que levou à maciça recorrência à “exclusão social” como variável explicativa da violência nos grandes centros urbanos.

“[Sugiro] que, diferentemente do ângulo da igualdade, é da perspectiva da liberdade – e da ausência dela, vivenciada por muitos segmentos da população brasileira – que se poderá produzir uma reflexão eficiente sobre a natureza do problema. Desse modo, a explosão da violência no Rio de Janeiro será aqui tomada menos como uma resposta anárquica à situação de pobreza e de exclusão social que atinge parcela considerável da população carioca, e mais como resultado da privação de liberdade que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade” (Carvalho, 2000:47 e 48).

Na história do Rio de Janeiro, não houve, como no Nordeste, a presença de agentes reguladores tão onipresentes quanto os coronéis e suas oligarquias. A heterogeneidade social carioca foi tradicionalmente maior, a vida cultural mais ativa e autônoma. Entretanto, o esgarçamento dos laços sociais desencadeado pela modernização atrapalhou a construção de um ideal de cidade baseado na noção de bem comum, impedindo que os menos favorecidos se unissem livremente para lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade.

Nos anos 1950, era anunciada a existência de “dois brasis”, um moderno e outro arcaico, um urbano e outro rural. Já havia também dois Rios, mas as distâncias sociais pareciam menores. “O mundo dos ricos e dos pobres se olhavam sem medo ou ódio” (Ventura, 1994:18). Atualmente, Carvalho diz que o consumo de massa extinguiu referências sociais que delimitavam estes dois mundos, entre elas o “lugar de origem”.

Agora, as associações de moradores, que poderiam representar as comunidades pobres na reivindicação por liberdade de ação, competem desigualmente com outras formas de construção comunitária, de presença no espaço público. E as desigualdades são explicitadas de forma dramática por conta da própria organização social da cidade: as favelas nascem do asfalto e cidadãos de todas as classes dividem espaço na areia da praia, por exemplo.

Análises do período do regime militar argumentavam que entre os cariocas prevalecem valores e práticas elaborados fora da lógica do mercado. Tais abordagens discorriam sobre um suposto potencial “selvagem” das classes subalternas, que não teriam sido lapidadas ou absorvidas pela organização social de então. Ou seja, esses grupos fariam parte de uma realidade pré-política e estariam, portanto, excluídos da luta geral por cidadania e contra a ditadura, comandada por instituições civis e setores democráticos da sociedade brasileira.

Enquanto isso, os paulistanos acreditavam na maturidade capitalista da formação econômico-social brasileira, o que implicava, necessariamente, o acesso das classes inferiores ao “direito de expressar a sua presença na sociedade, de forma autônoma e independente, através de suas organizações de defesa econômica e de representação política” (Carvalho, 1994:29).

De qualquer forma, a cidade de São Paulo, de fato, não foi tão marcada pela força dos interesses políticos. Sobre a construção da violência na cidade, o sociólogo Sérgio Adorno afirma que algumas questões vinham a reboque do desenvolvimento socioeconômico. Conforme escreveu Boris Fausto em livro sobre a criminalidade paulista entre 1880 e 1924, durante esse período houve aumento do número de crimes, denunciado pela maior demanda a serviços policiais e judiciais, expressa pelo aumento de inquéritos policiais e processos penais. Por notícias de jornais, é possível observar que já havia sentimento de medo. À época, as elites políticas e econômicas encaravam a manutenção da ordem pública como condição para o desenvolvimento.

Assim, entre as décadas de 1910 e 1930 foram formulados e implantados projetos para garantir eficiência ao controle repressivo e preventivo dos crimes, entre os quais se destacam a reforma da polícia civil, a criação da Penitenciária do Estado (1920) e do Manicômio Judiciário (1926), além do Código Mello Mattos de proteção à infância. A partir dos anos 1940, porém, as elites paulistas – sempre na condução do processo – pareciam acreditar que sua tarefa foi cumprida e que as medidas adotadas eram eficazes no controle ao crime e na manutenção da sensação de segurança.

“Problemas de desenvolvimento econômico-social e de controle da ordem pública se dissociam e passam a seguir trajetórias distintas. Até por conta do Estado Novo, a opinião pública só acordou na década de 1950, com a rebelião de presos na Ilha Anchieta. O governo Jânio Quadros (1955-1959) promoveu anos depois uma reforma do sistema penitenciário, mas foi paliativa pois não enfrentava a separação entre o combate a problemas sócio-econômicos e segurança pública”. (Adorno, 1998:239).

As elites abandonaram seu interesse primordial por segurança pública a partir dos anos 1950 e, na década de 1990, a crise já não lhes permitia lidar com o crescimento da violência urbana. No Rio, por outro lado, a política foi parte essencial da institucionalização da ordem, transformando aqueles que eram ignorados pelos pressupostos da cidadania em alvo do clientelismo da burocracia pública.

Hoje, talvez a força das organizações criminosas de São Paulo seja maior do que a das do Rio, já que podem ser favorecidas pelo poderio econômico do estado. De qualquer forma, o crime organizado não está mais vinculado à violência histórica, que pode ser identificada, por exemplo, em atividades revolucionárias ou nas guerrilhas que lutaram pelo fim do regime militar no Brasil.

Para Muniz Sodré, a violência exerce a função de “contralinguagem comunitária”, em que aqueles que não têm acesso a dinheiro, educação e status podem reconstruir as relações sociais de forma imaginária. Afastando-se da ordem vigente, o crime mudaria o foco de quem manda. Agora, no entanto, ele impõe uma nova ordem – caótica e terrível –, na qual a crueldade é o único laço social imaginável.

“Nós estamos assistindo à emergência da crueldade nessa violência anômica. A crueldade é o excesso animalesco da violência; a crueldade é o índice de que a própria violência já perdeu sua finalidade histórica, porque a violência tinha finalidade histórica, a violência visava a construção de outra ordem, de um motim, de um prêmio qualquer. A violência deriva, aqui e ali, para um ódio surdo, um ódio que atesta a dissolução do pacto comunitário; sem comunidade não há respeito à lei” (Muniz Sodré, 2006:40).

(1.3) Segurança pública e justiça criminal

(1.3.1) A Polícia na contramão da Segurança Pública

O mau funcionamento do sistema de segurança pública brasileiro é mais uma manifestação da violência simbólica e também um estímulo à violência física. A série de atentados realizados em São Paulo, em 2006, deixou patente a desorganização do sistema e trouxe à tona a discussão sobre o papel das forças policiais e de cada um dos atores que compõem esses organismos no combate à violência. Os problemas vão desde o emprego cotidiano da força a questões gerenciais e políticas, a começar pela organização das polícias.

De acordo com a Constituição Federal brasileira em vigor, "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (Constituição Federal, art. 44). A legislação determina também a atribuição de cada um dos órgãos do sistema brasileiro de segurança pública, composto por polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A polícia federal, organizada e mantida pela União, destina-se a: apurar infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional; prevenir e reprimir o tráfico de drogas, sem interferir em áreas de competência de outros órgãos públicos; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, ficando responsável, portanto, por investigações de crimes federais.

As polícias rodoviária federal e ferroviária federal também são organizadas e mantidas pela União. Destinam-se, respectivamente, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e das ferrovias federais. Já as polícias militares e corpos de bombeiros militares, além das forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos estados e do Distrito Federal.

Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, cabem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares e as de competência da União. Às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a

preservação da ordem pública. Aos corpos de bombeiros militares, está reservada a execução de atividades de defesa civil.

A legislação determina ainda a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, “de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”, e estabelece que os municípios podem constituir guardas municipais – que em março de 2006 eram 285 (Ministério da Justiça, 2006³) – destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

No rastro do crescimento da importância do conceito de segurança pública – conforme discutido adiante –, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com objetivo de planejar e monitorar a política nacional para o setor. Desde então, tenta-se implantar o Sistema Único de Segurança Pública, considerado pelo governo como a solução contra a falta de integração entre seus órgãos, a descentralização das estratégias de combate à violência e a ausência de informações acerca do tema. Em relatório sobre o perfil das organizações que compõem o Senasp, o Ministério da Justiça reconhece as falhas.

“Sem a qualificação do processo de gestão fundamentado no uso das informações, seja a nível nacional ou local, qualquer iniciativa na área de segurança está fadada, como se observou nos últimos 30 anos, à produção de resultados que não ultrapassam seus efeitos imediatos, gerando irracionalidade na aplicação dos recursos, desperdício dos meios empregados e esforços, fragmentação das ações e incapacidade de pró-ação frente aos desafios colocados diariamente” (Ministério da Justiça, 2006⁴).

Na definição do ministério, responsável pela secretaria, a segurança pública é uma atividade que cabe aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, com o objetivo de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, e garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei (Conceitos básicos em segurança pública⁵).

A própria cidadania, entretanto, parece ser posta em cheque na rotina das ações policiais em grandes cidades, frequentemente associada ao excesso de truculência, à corrupção e à omissão. Embora a violência urbana não deva ser entendida apenas como conjunto de fatos isolados, já que envolve questões sociais, econômicas e culturais, é

³ Disponível em:

<http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/organizações%20estaduais%20e%20municipais.pdf>

⁴ Disponível em:

<http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/organizações%20estaduais%20e%20municipais.pdf>

⁵ http://www.mj.gov.br/senasp/Institucional/inst_conceitos.htm

inegável que a polícia é um ator central dos conflitos urbanos. Ao servir, porém, a interesses políticos e associar corrupção à ineficiência, provoca sensação de impunidade, insegurança e revolta. Ou seja, promove outros tipos de violência.

O sociólogo Sérgio Adorno afirma que há muito tempo o poder público, através das políticas de segurança adotadas pela Polícia Militar, concebe o controle da criminalidade como uma espécie de guerra civil entre autoridades e bandidos. O objetivo que persegue é baixar, a qualquer custo, os níveis de criminalidade, mesmo que para isto venha a comprometer a vida de civis. O quadro se agrava à medida que a violência criminal aumenta, e o que era apenas delinquência se transforma em organizações criminosas de padrões empresariais: a conduta do policial militar tende a se tornar mais agressiva, estimulada inclusive pelas próprias diretrizes institucionais. (Adorno, 1998: 234).

Nos grandes centros, essa polícia frequentemente é a representação do Estado mais próxima das camadas populares, que enfrentam dificuldade para ter acesso a saúde e educação, por exemplo. Longe de representar um dado positivo para essas comunidades, as ações policiais são constantes alvos de protestos e denúncias de violência. A mídia, por sua vez, parece reforçar a imagem de que há uma guerra civil, com a polícia de um lado e o ladrão do outro, fazendo a sociedade de refém.

É certo que policiais se transformam em alvo de bandidos em muitas situações, como nos atentados em São Paulo, quando os ataques foram usados como reivindicação por melhores condições para os bandidos presos. As hostilidades, no entanto, são mais do que moedas de troca em negociações entre os dois supostos combatentes de guerra. De acordo com Marcos Alvito, a polícia não é rejeitada por sua violência, e sim por desrespeitar as distinções internas entre as pessoas que fazem parte destas comunidades e são regidas pela ordem local. Essa hierarquização própria é o mesmo mecanismo que as leva a interpretar as benesses distribuídas por chefes do tráfico como práticas assistencialistas. Estes líderes precisam ser reconhecidos como tal e essas benesses, “na verdade, representam uma obrigação de gastar dinheiro em termos de uma “política da reputação”” (Alvito, 1996).

De certa forma, é possível pensar que a busca por reconhecimento foi um dos motivos que moveu os ataques em São Paulo. Algumas das ações podem ser consideradas midiáticas, visto que não foram endereçadas a nenhum ator social específico, como no caso de ônibus queimados. Outras também parecem ter sido planejadas especialmente para atrair atenção dos veículos de comunicação e, por

consequência da sociedade. Nesse caso, o melhor exemplo foi o seqüestro de um repórter de televisão, libertado somente após a exibição em rede de um vídeo protagonizado por bandidos, cobrando melhores condições nos presídios.

Se por um lado os veículos de comunicação não podem escapar deste tipo de cobertura, por outro, como discutiremos mais adiante, divulgando estas ações eles talvez reforcem a exclusão que leva os indivíduos marginalizados a buscarem exposição de forma ilegítima. Essa exclusão também é historicamente mantida pela atuação da polícia, segundo Paulo Sérgio Pinheiro. Ele lembra que a polícia, nos moldes da que conhecemos agora, surgiu na Europa e nas Américas no final do século XIX, fruto dos temores das classes governantes quanto às ameaças à ordem estabelecida.

No início, cabia à polícia confrontar as “classes perigosas”, controlar os protestos das classes populares e preservar a estrutura social. Ela não foi criada, portanto, apenas para combater o crime e as chamadas “guerras contra o crime” contemporâneas. “Na realidade, [as polícias] desempenham funções de guarda-fronteiras entre as classes”. (Pinheiro, 1998:183)

Por outro lado, conforme lembra o psicanalista Contardo Calligaris, os policiais são mantidos em um estado de pobreza tal que sua dignidade social não pode derivar de seu status profissional. Assim, se ela não vier do saque, terá que vir do abuso e da violência, únicas formas que lhes sobram para confirmar aos seus próprios olhos e aos dos outros que não são apenas excluídos entre outros excluídos e também podem merecer o respeito, indispensável ao exercício da profissão (Calligaris, 1998:66).

Para Michel Misse, no modelo individualista esse reconhecimento social é um mecanismo decisivo para que os cidadãos exerçam o autocontrole, fundamental para a manutenção da ordem social nas sociedades modernas. Isso porque uma das transformações impostas pela modernização para que o indivíduo se tornasse autônomo foi a internalização da idéia de que cabe ele escolher entre a norma e sua transgressão. Assim, a falta de reconhecimento social é um dos problemas que levam os indivíduos a criarem um sistema de reconhecimento paralelo – como aquele adotado por policiais ou imposto pelo tráfico –, estabelecendo critérios próprios para a avaliação de cada comportamento.

Quando os indivíduos não conseguem exercer autocontrole sobre si, baseado em valores consensuais, a tarefa da polícia torna-se absolutamente utópica e impossível, pois ela só pode funcionar onde o crime é exceção, segundo Misse. Ele ressalta, porém, que no Brasil o problema da chamada violência urbana não pode ser considerado

exclusivamente policial, nem apenas de segurança pública. “O problema poderia ser definido como de segurança pública lá na Inglaterra, porque lá o crime é exceção, então a polícia tem condições de esclarecer crimes” (Michel Misse, 2006:28).

(1.3.2) Uma discussão sobre punição: elemento central no combate à violência

Diante da incapacidade administrativa do Estado para gerenciar conflitos – seja através da polícia, seja através de outros mecanismos de combate às violências física e simbólica – muitos creditam a solução à Justiça (Carvalho, 2000:66). No sistema brasileiro, entretanto, a Justiça depende da polícia, que pouco investiga, deixando de fornecer provas. A antropóloga Alba Zaluar afirma que esta é a instância de maior poder no sistema da justiça criminal: “o juiz vai decidir se é culpado ou não aquele foi filtrado pela polícia”. (Zaluar, 1996:69).

Além da seleção prévia feita pela própria polícia – que, em geral, por conta de suas restrições, se dedica apenas aos casos mais graves – nem todos os registros policiais levam a abertura de inquérito. No sistema brasileiro, uma vez aberto e concluído, o inquérito policial é encaminhado ao Poder Judiciário e distribuído ao juiz, que por sua vez encaminha-o ao Ministério Público. No órgão, que possui independência em relação ao Executivo e ao Judiciário, o inquérito será apreciado pelo promotor público, que terá três possibilidades: solicitar novas investigações policiais; pedir o arquivamento do inquérito por falta de provas ou apresentar denúncia. Caso a denúncia seja aceita pelo juiz, instaura-se o processo para apuração da responsabilidade penal, quando então o indiciado no inquérito policial se transforma em réu perante a Justiça Penal.

Com exceção dos casos de homicídios dolosos, o processo de apuração das responsabilidades penais segue basicamente essa trajetória. O conjunto de organismos que intervém nesse processo faz parte do que se costuma chamar de sistema de justiça criminal. Segundo a socióloga Julita Lemgruber, o fraco desempenho do aparelho policial – que, conforme discutido, não consegue produzir material de qualidade – é uma das causas da reduzida influência que esse sistema pode exercer na contenção da criminalidade em geral (Lemgruber, 1996:69).

De acordo com Sérgio Adorno, embora faltem dados e pesquisas sobre o assunto, é possível afirmar que crimes como furtos não chegam a ser investigados. Mesmo casos mais graves, como roubos, tráfico de drogas e até homicídios fazem parte

da chamada área de exclusão penal. Ele afirma, entretanto, que isso não representa falta de rigor da justiça criminal. A restrita aplicação das leis em determinadas áreas é quase compensada pela falta de imparcialidade das sanções penais que recaem sobre determinados grupos, como negros e migrantes. Para eles, as penas são mais severas se comparadas àquelas aplicadas a cidadãos brancos, procedentes das classes média e alta. Adorno diz que o resultado mais visível dessa crise é a impunidade penal, sentimento que contribui para agravar a falta de segurança e proteção diante da criminalidade crescente, “que atinge não somente o patrimônio pessoal de quem quer que seja, mas, sobretudo, seu bem mais precioso – a vida do cidadão” (Adorno, 1998:241).

Além da sensação de insegurança, Gilberto Velho destaca outra grave consequência desta impunidade penal decorrente da ineficiência do sistema criminal: a impressão de que não há justiça. Segundo ele, seria ingênuo imaginar que essa situação não gera fortes impactos na atitude e no comportamento da sociedade, particularmente nos grupos mais jovens que, através da mídia têm contato com informações sobre a vida do país que eram inacessíveis a gerações anteriores. E além daquilo que é visto na televisão e lido nos jornais, a idéia de injustiça é reafirmada no dia-a-dia: “as experiências cotidianas com a polícia e com a maior parte dos agentes do poder público confirmam as piores expectativas” (Velho, 1996:18).

Essa inoperância da justiça criminal, a truculência da polícia e a certeza da impunidade, garantida também aos policias pelo excesso de proteção que o sistema lhes reserva, são problemas frequentemente avaliados como heranças do regime militar. Embora concorde com esta tese, Adorno afirma que na década de 1980 os novos governos estaduais civis foram pressionados a desmontar rapidamente os aparelhos repressivos da ditadura e demoraram a responder com eficiência aos novos problemas decorrentes do crescimento e da mudança do perfil da criminalidade urbana violenta.

A despeito das propostas de reforma da legislação penal promovidas pelo governo federal e do reaparelhamento do sistema de justiça criminal executado pelos governadores, o problema se agravou. Assim, nos anos 1990 a crise já impedia que o sistema de justiça lidasse com o crescimento da violência urbana e com a emergência de formas complexas e mais organizadas de criminalidade.

“À medida que tais problemas e questões merecerem exames e estudos mais acurados, será possível avançar algo em torno de uma das mais importantes questões da atualidade política brasileira: como pensa um novo modelo de justiça penal, compatível com o Estado democrático de direito? Em outras

palavras, como pensar uma nova filosofia de controle da ordem pública, baseado em quatro princípios fundamentais – universalidade na aplicação das leis penais, imparcialidade, agilidade e custos reduzidos – que suponha a distribuição da justiça não como um problema de repressão dos crimes, mas, sobretudo, como prevenção da violência e oferta efetiva de segurança pública à população?” (Adorno, 1998: 243).

Talvez a mudança e as reformas sejam problemáticas porque, sob uma aparente flexibilidade (a ilusão de que a forma de organização política democrática acabou com o arbítrio das práticas institucionais), há uma sólida continuidade política que a alternância de poder não é capaz de desmontar. Isso porque, o funcionamento das instituições policiais tem uma grande autonomia em relação à periodização política (Pinheiro, 1998:183).

Hoje a idéia de que punição é igual à prisão está absolutamente cristalizada, embora o sistema prisional nunca tenha alcançado o objetivo de promover a ressocialização e, ao contrário, reproduza a violência. Os altos índices de reincidência seriam prova disso (Lemgruber, 1996:70). É possível dizer que os atentados em São Paulo são demonstrações das conseqüências de tais problemas, visto que, pelo menos inicialmente, os autores diziam se manifestar contra o que consideravam falhas do sistema penitenciário.

Diante deste quadro, Misse defende que a discussão sobre a violência e segurança pública deve se concentrar em repensar a concepção moderna da punição. Para ele, verificou-se que a punição pensada como remédio para todos os problemas não leva a uma diminuição da criminalidade e, ao contrário, pode estimulá-la – o que não significa dizer que não se possa ou não se deva punir.

“Para isso existem prisões, existem multas, existem penas alternativas, existem possibilidades alternativas de punição que não implicam, necessariamente, trancafiar a pessoa ou colocá-la em contato com bandidos mais perigosos. De qualquer modo, assim como não existe “a” violência, esse espectro unificador de práticas muito diferentes, também não existe “a” solução. Acreditar nisso é, como o velho Policarpo Quaresma, “viver toda uma vida de ilusão”” (Misse, 2006:31).

(1.3.3) A falta de comunidade, poder e autoridade

A própria idéia de punição só pode ser considerada solução para a criminalidade a partir do momento em que a lei tem sua autoridade socialmente reconhecida e pode, então, cumprir sua função. Caso contrário, as sanções penais serão entendidas apenas

como repressão e vingança. Calligaris afirma que a lei só vale se formos considerados e nos considerarmos parte da comunidade cujo consenso e consentimento fundam a autoridade destas normas. “Para quem não faz parte desta comunidade, as regras são de fato tão exóticas e desprovidas de valor quanto os costumes de uma tribo longínqua” (Calligaris, 1998:60).

A representação moderna da lei é indissociável da idéia da pena como uma espécie de possibilidade de recuperação, ou seja, uma tentativa de reintegração do criminoso à comunidade. Isso porque a lei, ao ser fundada no ideal de bem comum, deve admitir a hipótese de que quem a transgride não está reconhecendo seus fundamentos, simplesmente por não fazer parte da comunidade ou por não (poder) compartilhar desta noção. Para Calligaris, quem transgride por não poder reconhecer a lei encontra-se ainda mais excluído pela resposta repressiva, que não é entendida como manifestação da lei, mas como mera violência ou vingança.

O professor de Direito Alaôr Café Alves argumenta, porém, que a erosão da lei corresponde a uma ausência ou fragilização progressiva da credibilidade no exercício da violência legitimada, reservada ao Estado. Ele distingue a violência em ato da ameaça de violência: a violência intervém sob a forma de punição legitimada quando a ameaça não consegue a finalidade desejada. Essa distinção é possível quando se admite que há uma violência justificável, que é outorgada pela lei.

A oposição entre ato e ameaça está ligada à diferença entre violência e poder. A intervenção através do poder nem sempre é danosa ou prejudicial. Ela leva à modificação da conduta do indivíduo ou grupo, a partir de um consenso mínimo. Enquanto isso, a violência representa sempre a intervenção sobre o estado físico de indivíduos ou grupos. Alves afirma que o poder legítimo dirige-se à vontade para obter comportamentos desejáveis e consensuais, enquanto o ilegítimo dirige-se ao comportamento para constrangê-lo, independentemente da vontade.

“Assim, o poder comporta também o exercício legal da coerção baseada em sanções físicas. A violência intervém sob a forma de punição legitimada, segundo os preceitos do direito positivo, quando a ameaça não conseguiu a finalidade desejada. Neste caso, pode-se considerar, de certo modo, a aplicação da coerção como indicação da falência do poder” (Alves, 1998:250).

O professor reconhece que as leis que nem sempre expressam os ideais da comunidade em seu todo e que o predomínio da parte sobre o todo é sempre revelado como algo violento. Contra isso, ele diz que é necessário restabelecer a harmonia para

que haja equilíbrio entre o todo e a parte e afirma que, respeitando-se tal discriminação, um será pelo outro e não haverá sacrifícios irracionais da sociedade e de seus membros. Mas como restabelecer essa harmonia?

Para abordar a crise em relação ao respeito às regras sociais, é preciso se perguntar se a comunidade produz exclusão ou não, ou seja, se esta comunidade chega a existir como tal. No Brasil, a aparente modernização convive com diferenças radicais capazes de levar o país a parecer uma sociedade de castas, mais do que uma vítima da estratificação de status. Além disso, processos de modernização acelerada que não incluam a constituição de uma representação comunitária produzem marginalidade e criminalidade. Por fim, em uma sociedade desprovida de bases comunitárias que sustentem a autoridade da lei, a polícia perde sua representação social.

“Poder-se-ia dizer que se aparente com a polícia nas sociedades tradicionais: ou seja, um corpo de guardas para privilegiados. Com a diferença de que em uma sociedade tradicional os privilégios são aceitos por todos os membros como uma regra social da comunidade. Ora, em uma sociedade rapidamente modernizada, sem base comunitária, como a brasileira, a polícia – seja qual for sua conduta – é vítima de duas representações. Para os excluídos, ela é um órgão de opressão. Para os privilegiados, um corpo de jagunços” (Calligaris, 1998:66).

Assim, um plano de ação contra a violência no Brasil implica, necessariamente, a constituição da representação coletiva de uma comunidade. Esta, segundo Calligaris, dever ser ao mesmo tempo uma entidade imaginária (um conjunto de representações coletivas, entre as quais deve predominar o sentimento de bem comum); uma entidade simbólica (um quadro jurídico, fundamentalmente solidário e igualitário); e uma entidade real (representação concreta da coisa pública: espaço público, serviços coletivos, etc.). Ele acrescenta que estes três aspectos são interligados e a sua eficácia social depende das representações que eles conseguem produzir. A importância das representações comuns exige que toda intervenção seja acompanhada por uma retórica comunitária política e midiática.

“Não tem por que considerar vergonhoso o exercício dessa retórica. Uma comunidade moderna é governada pela opinião pública e não por acaso as sociedades contemporâneas se desenvolveram com os meios técnicos necessários para a constituição e a modificação rápidas das representações coletivas. Se isso implica, como é sempre observado, riscos de manipulação, é, no entanto, verdade que o poder da opinião pública é o motor da vida democrática e seu melhor gerente” (Calligaris, 1998::72).

Cabe agora, então, pensar de que forma o Estado e a mídia podem contribuir para a construção de uma comunidade, ajudando assim a combater a violência. É importante considerar que ambos podem, por outro lado, inibir a formação dessa outra representação coletiva da sociedade. Nesse caso, Estado e mídia são capazes de consolidar as idéias de que há uma guerra civil; de que os interesses entre as diferentes camadas sociais são inconciliáveis; e de que o restabelecimento da ordem só virá com o resgate de valores tradicionais, a partir dos quais cada indivíduo deve aprender qual é o seu lugar na sociedade e aceitá-lo, em nome da lei. Esse é o discurso das forças conservadoras e, como será mostrado no próximo capítulo, pode ser combatido através das questões pautadas pela mídia.

(2) VIOLÊNCIA, MÍDIA, GOVERNO E SOCIEDADE

“A maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão-de-pensar, mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre que hão-de-pensar”
(Cohen, 1963:120 apud Saperas, 1993)

(2.1) Crime e violência na imprensa

(2.1.1) Da reportagem policial à segurança pública

Antes de avaliar como a imprensa provoca impactos nos temas discutidos pelos leitores e nas práticas adotadas por autoridades, é fundamental analisar detalhadamente de que forma a violência é retratada pela mídia brasileira. Para isso, é importante considerar o histórico da reportagem policial, que surgiu no fim do século XIX em jornais sensacionalistas da Inglaterra e dos Estados Unidos. No Brasil, o jornalismo seguiu um modelo de desenvolvimento histórico diferente do norte-americano. O padrão da imprensa brasileira era, no século XIX, mais político e ideológico. Apenas no início do século XX a imprensa se torna informativa, dando maior destaque a fatos relacionados ao cotidiano das cidades e a casos de violência.

É na década de 1920 que surgem os primeiros jornais mais populares, centrados nos fatos policiais, com tratamento sensacional. Destacam-se aí os jornais *Crítica* e *Manhã*. Mas outros órgãos da nascente grande imprensa, sobretudo os vespertinos, também davam atenção ao noticiário de crime e violência. Ao comentar as origens da reportagem policial, o jornalista Jorge Antonio Barros lembra a relação do chefe de polícia Aurelino Leal com a imprensa carioca nas primeiras décadas do século XX. À época, meninos de rua começavam a ser grandes problemas para a cidade, e negros engrossavam o contingente de desempregados, muitos descendentes de escravos, libertos três décadas antes.

“Embora fosse um tremendo linha-dura (reprimia com rigor greves e movimentos sociais estimulados pelos anarquistas), Aurelino percebeu que a questão social não poderia ser encarada apenas como caso de polícia. Já naquela época, ele advertia para os riscos de um levante popular que encurralaria as elites nas partes altas da cidade. Dizia mais ou menos o seguinte aos empresários, comerciantes e próceres: “Vocês tomem cuidado. Se o proletariado decidir invadir suas casas e tomar tudo, não haverá como espingardeá-los”. Nomeado chefe de polícia do então Distrito Federal, pelo

presidente Venceslau Brás, Aurelino Leal conseguia praticamente a unanimidade na cobertura da chamada grande imprensa, na época *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio*” (Barros, 1997⁶).

Na cobertura de toda a primeira metade do século, romântica e sensacionalista, a imprensa foi mais do que dependente do aparelho policial. Foi cúmplice, segundo Barros. A rotina das relações entre os jornais e a polícia só começou a mudar na década de 1980. Antes, o jornalista identifica três fases marcantes deste padrão de reportagem policial. A censura imposta pelo governo de Getúlio Vargas ns anos 1930 serviu como estímulo a este formato de cobertura, devido à escassez de notícias. As restrições que marcaram o Estado Novo (1937-1945) estimularam a produção de um noticiário alienante, em que os fatos policialescos se encaixavam com perfeição. Eram, em geral, casos bizarros, dramatizados e sem muita importância para a sociedade letrada, que nunca era protagonista das páginas policiais.

A segunda fase identificada por Barros foi inaugurada pouco depois, em meados dos 1950, quando se ampliou a influência do jornalismo americano, baseado na exploração de casos que, invariavelmente, envolviam sangue, sexo e dinheiro. Conforme descrito no capítulo anterior, a violência urbana começava a se enraizar nas grandes cidades brasileiras, e a expansão da criminalidade ganhou as páginas dos jornais. Para a cobertura feita nesses moldes, outro momento marcante foi a década de 1970. O motor foi novamente a censura, desta vez decretada pelo regime militar.

“Era nas páginas de polícia que se lia sobre os confrontos armados entre militantes de esquerda e os chamados órgãos de segurança. Ali era publicada exclusivamente a versão oficial. Enviadas dos órgãos de segurança, as notas eram, em alguns jornais, quase que publicadas na íntegra, sem mudar nada. Isso permitiu casos célebres como o da *Folha da Tarde*, que publicou que o preso político Joaquim Alencar de Seixas havia sido morto em tiroteio, quando ele, na verdade, ainda estava sendo torturado nos porões a caminho da morte. Ou seja: o jornal previu entre aspas a morte do cara. Isso é que é crônica de uma morte anunciada. À imprensa alternativa coube o papel de denunciar esses casos, enquanto a grande imprensa estava amordaçada” (Barros, 1997).

De acordo com Barros, a cobertura policial ganha novo fôlego com a redemocratização do país. Ainda durante a ditadura, em 1979, a extinção do Ato Institucional 5 (AI-5) pôs fim à censura prévia. Contagiados pelo clima de liberação do regime, os repórteres passaram a ser mais críticos em relação à polícia. Antes mesmo, em 1977, uma reportagem sobre um assassinato publicada pela revista *Veja* conquistou o Prêmio Esso – o mais importante da imprensa brasileira –, anunciando que a cobertura

⁶ Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/aspas/ent201197c.htm>

policial ganhava um novo status depois de cumprir uma trajetória marcada por ligações com o jornalismo popular e sensacionalista.

Em *O Globo*, o jornalista Evandro Carlos de Andrade comandou estas mudanças a partir de 1971, quando assumiu a direção do jornal. À época, o veículo estava com a imagem desgastada e, segundo ele, um dos motivos para isso era a força que a seção de polícia tinha dentro da redação. O então dono do jornal, Roberto Marinho, determinou que isso fosse mudado de forma gradual, respeitando a realidade política imposta pelo regime militar. O novo diretor transformou a estrutura da redação, conforme ele mesmo conta:

“Fomos desfazendo aquele império policial do *Globo*, acabamos com a estrutura policial da redação – a editoria chamava-se Repol, reportagem de polícia –, e os assuntos policiais passaram a ser assuntos da reportagem geral. Não havia mais ninguém ligado com delegado ou coisa alguma. Acabamos com este tipo de fonte especial” (Abreu, 2003:44).

A extinção do modelo clássico de repórter policial – que incluía promiscuidade com o aparelho policial, submissão às autoridades de segurança pública e reprodução quase acrítica da versão oficial – coincide com o nascimento desta nova reportagem policial, voltada para o conceito de segurança pública. O formato que era então inaugurado acompanhou o crescimento da ameaça à ordem estabelecida nas áreas residenciais de classe média, sobretudo na Zona Sul do Rio: no decorrer da década de 1980, o poder dos traficantes de drogas rompeu os limites de morros e favelas, passando a ser motivo de preocupação no asfalto.

Os setoristas de polícia que sempre foram vistos apenas como bons apuradores começam, então, a escrever as primeiras reportagens sobre direitos humanos e crise no aparelho policial. Os novos tempos também deram espaço para que se libertassem do dia-a-dia das delegacias e buscassem o outro lado da história. Segundo Barros, passam aí a consultar especialistas e estudiosos da violência urbana, e até mesmo os traficantes encastelados nos morros e favelas.

Na busca por uma cobertura mais qualificada dos assuntos de segurança pública, Barros diz que, hoje, a primeira iniciativa das redações é aposentar o termo repórter policial. Agora, a cobertura é voltada para a temática da segurança pública e nesse processo as editorias de polícia foram integradas às de cidade. Mas, se antes a cobertura de crimes estava reservada basicamente a casos locais, agora inclui também fraudes e casos de corrupção em negócios privados e na administração pública. Esse é hoje,

segundo Barros, o filé mignon da imprensa, saboreado justamente pelos recém-chegados à cobertura policial: repórteres de política e economia.

(2.1.2) A cobertura da violência hoje

Em pesquisa sobre como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil⁷, a socióloga Silvia Ramos e a jornalista Anabela Paiva, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), chegaram a conclusões semelhantes às de Barros, mas fazem ressalvas ao que consideram mudanças ainda incipientes na cobertura destes assuntos. Elas reconhecem que os jornais acompanharam os diferentes setores da sociedade que começaram a desenvolver ações em relação à violência – não só com denúncias, mas principalmente nos campos das pesquisas e das experiências de gestão de políticas públicas de segurança – e que desde os anos 1990 há um interesse da imprensa em associar a cobertura da criminalidade à segurança pública, incluindo aí a esfera política. De acordo com os resultados da pesquisa, porém, as novidades ainda são insuficientes para fazer com que a questão seja pautada de forma positiva.

Concluída em 2005, a pesquisa do Cesec analisou nove jornais das três maiores regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG). Em cada capital, foram selecionados os dois principais veículos formadores de opinião e um terceiro, mais popular. Os escolhidos foram *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo* em São Paulo; *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Dia* no Rio de Janeiro; e *O Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *Diário da Tarde* em Belo Horizonte. Em média, os nove jornais juntos vendiam 1,2 milhões de exemplares por dia, na época.

A análise se concentrou em reportagens, artigos, colunas e notas publicados entre maio e setembro de 2004. Ao contrário do que propõe Barros, segundo a pesquisa, a distribuição das matérias pelos cadernos indica que a cobertura da violência ainda se concentra no noticiário local, onde foram publicados 83% do material analisado. O foco também costuma ser nas questões locais, sendo o Rio de Janeiro o estado mais citado. Quase a metade dos textos analisados diz respeito ao Rio, enquanto os 51,8% restantes se dividem entre São Paulo (21,3%), Minas Gerais (17,5%) e outros estados (6,4%), além de uma parcela de textos (6,6%) na qual não é possível identificar a origem da notícia – em geral, são itens que falam do país como um todo.

⁷ Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/at_proj_conc_texto.php?cod_proj=215

Para as pesquisadoras, é possível atribuir a predominância de textos sobre o Rio de Janeiro a diferentes estratégias editoriais. A opção dos jornais cariocas de concentrar esforços na cobertura da violência no Rio de Janeiro pode ser vista como uma louvável tentativa de denunciar, analisar e debater a crise vivida pelo estado na área da segurança pública. A escolha, no entanto, impede os leitores de compararem a situação do Rio com a de outros estados. Por outro lado, constatou-se que a *Folha* e *O Estado de S. Paulo* dedicaram considerável espaço às notícias do Rio de Janeiro.

Essa concentração no noticiário local mostra ainda que a importância das questões da segurança pública na vida política e econômica do país não encontra correspondência nas páginas das editoriais responsáveis por estes dois assuntos. O resultado deste confinamento das notícias é o empobrecimento da cobertura já que, segundo a pesquisa, os textos localizados nas seções de opinião e de política (ou Brasil) contextualizaram melhor as informações, deixando de tratar os casos como fatos isolados.

Nos cadernos de reportagem local, 82,2% dos textos fizeram este tipo de recorte individualizado dos casos de violência, e neles mais de um quarto (27%) da cobertura é composto por pequenas notas informativas, sem qualquer tipo de contextualização. As pesquisadoras lembram que matérias mais contextualizadas, com dados e propostas, têm maior probabilidade de estimular o debate sobre políticas públicas do que aquelas que simplesmente relatam uma ocorrência.

Também na contramão da evolução da reportagem policial, as forças de segurança – incluindo as várias corporações policiais (Federal, Civil, Militar e Técnica), as Forças Armadas e as guardas municipais – são as protagonistas do noticiário, sendo o assunto de 40,5% dos textos analisados. A perspectiva adotada no tratamento das questões relacionadas a estas forças é quase sempre individualizada, ou seja, baseada em casos isolados e sem contextualização. Sendo assim, o destaque dado a elas só pode ser explicado por uma possível tentativa da imprensa de exercer um papel de controle social da polícia ou pela possibilidade de a cobertura ainda se manter a reboque da polícia e, mais do que fiscalizá-la, dar voz às corporações policiais e às suas ações cotidianas de “combate à criminalidade”.

Parece haver uma tendência à consolidação de um jornalismo de fiscalização policial, já que o segundo maior percentual dentre os textos que abordaram as forças de segurança é o que relata crimes (ou denúncias de crimes) cometidos por policiais (16,5%). Ainda assim, o tratamento editorial da cobertura envolvendo as forças de

segurança ainda é muito mais pautado pelo acompanhamento dos diferentes tipos de ação policial: 57,6% das notícias que se centraram nas forças de segurança focalizaram a ação policial. As pesquisadoras lembram que este tipo de cobertura, centrado na ação da polícia, reflete uma perspectiva limitada sobre o aparelho policial. Trata-se de uma cobertura pautada pela informação rápida, em geral vinda de delegacias e de batalhões.

“Os elementos estruturantes desse aparelho [policial], de cujo bom funcionamento depende uma presença eficaz das forças na sociedade, aparecem pouco. (...) Como vimos, a esfera pública de discussões representada pelos jornais restringe o debate às ações individualizadas da polícia ou, o que já é um avanço, aos crimes cometidos pelos membros das forças em questão” (Ramos e Paiva, 2005:20).

Os resultados, portanto, vão contra o mito de que a mídia destaca apenas fatos negativos sobre a polícia. Na verdade, a pesquisa revela que as polícias encontram nos jornais um excelente espaço para divulgarem suas ações e que predominam os “feitos” policiais, onde se imaginava que reinassem as críticas. “Difícilmente outra instituição encarregada de políticas públicas (como por exemplo, as da saúde, da educação, ou de saneamento) encontrará tanto espaço nos jornais para divulgar seu trabalho” (Ramos e Paiva, 2005:21).

O outro tema dominante é o ato violento propriamente dito, assunto de 21% das matérias. Os desdobramentos e repercussões destes atos somam 16,2% – ou seja, ao todo 37,2% da cobertura gira em torno de crimes. Assim, temas centrais e mais abrangentes – como a violência enquanto fenômeno sócio-cultural-político (3,3%) e direitos humanos (2,4%) – aparecem pouco. Em resumo, conforme outras pesquisas têm demonstrado, a cobertura de crimes não oferece elementos que permitam compreender o delito no contexto da criminalidade. Estas notícias sobre atos violentos são sempre escritas a partir de uma perspectiva individualizada (99,1% dos casos): trata-se apenas de um crime, um assalto ou uma prisão. São, em geral, notícias curtas, com pouco trabalho investigativo e que se resumem à divulgação do fato.

Ao admitir que não são oferecidos elementos que levem o leitor a aprofundar as relações entre criminalidade, fenômenos da violência e construção de alternativas para cada situação, as pesquisadoras afirmam que forma-se, assim, uma espécie de massa monolítica de eventos que se sucedem automaticamente. Ainda segundo o estudo, a predominância do crime de homicídio nos jornais (44,8% dos atos criminais noticiados), a despeito de sua prevalência comparativamente inferior a outros crimes (como as

lesões corporais e os crimes contra o patrimônio) mostra que a quantidade e a proporção de crimes publicados nos jornais não encontram correlação com os crimes registrados.

“Resta perguntar se as redações formulam e praticam critérios conscientes sobre prioridades na publicação de atos violentos. Ou se a edição de notícias é baseada no senso comum, na crença de que determinados interessam aos leitores ou em hábitos estabelecidos há muito tempo nas redações. Seria importante que essas premissas fossem avaliadas periodicamente. O fato é que os resultados da pesquisa levam a acreditar que os jornais tocam a seção de notícias sobre crime como se ela não estivesse relacionada às respostas que governo e sociedade terão que criar para superar a situação atual” (Ramos e Paiva, 2005:26).

Outro dado que depõe contra o desenvolvimento da cobertura é o baixo índice de notícias com foco no sistema penitenciário (6,6%), um dos grandes desafios para os gestores da segurança pública, conforme analisado no capítulo anterior. De acordo com o estudo, a cobertura deste assunto, na qual novamente predomina o enfoque individualizado, reflete apenas parte dos problemas: 47,6% das notícias se ocuparam de fugas e rebeliões. Por outro lado, as pesquisadoras reconhecem que há uma discussão nascente sobre o sistema penitenciário – incluindo ampliação, superlotação, bloqueio de celulares –, retratada em 24,1% dos textos. Os direitos dos detentos, entretanto, ainda aparecem pouco e novamente na perspectiva individualizada da denúncia (4,8%). Questões institucionais mais gerais são praticamente inexistentes, assim como a discussão sobre corrupção ou a atuação do crime organizado dentro do sistema.

O resultado da pesquisa é ainda mais alarmante no caso do Judiciário, do Ministério Público e da cobertura sobre legislação. Mesmo somados, estes três assuntos representam apenas 4% de todos os focos analisados. As 70 notícias sobre Justiça e Ministério Público revelam que, em geral, a cobertura ainda é baseada em ações pontuais que fazem parte dos processos criminais. Além disso, a discussão sobre a eficiência do sistema e a consolidação de políticas públicas – através, por exemplo, da aplicação de penas alternativas – ainda engatinha nos meios de comunicação. Em geral, portanto, falta à mídia, bem como à sociedade, uma compreensão destas instituições como pilares do sistema de garantia de direitos e não somente como investigadoras ou aplicadoras de sentenças. Destaca-se ainda a baixa presença de debates que se impuseram nas últimas décadas, como a reforma do Código Penal.

Outra surpresa negativa da pesquisa foi a pequena presença de textos com foco em políticas de segurança. Das 2514 matérias analisadas, apenas 90 (3,6%) tinham como tema principal os assuntos gerais da segurança pública. Tendo em vista o referido

processo de mudança da cobertura policial, já avançado em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, as pesquisadoras esperavam uma presença maior do assunto na amostra analisada. Elas admitem que os textos enquadrados em outros focos (como forças policiais e sistema penitenciário) podem abordar questões sobre segurança pública em segundo plano. Ainda assim, os resultados mostram que o tema continua sendo tratado de forma factual, com raras iniciativas de coberturas jornalísticas de maior fôlego político e analítico.

A ausência de focalização nas ações da sociedade civil organizada, nos temas dos direitos humanos e nas iniciativas dos movimentos sociais é mais um dado surpreendente da pesquisa. Diante das dimensões assumidas pela sociedade civil no Brasil desde a democratização, as pesquisadoras consideram estranho que apenas, 2,4% dos textos tenham este foco central. Em todas as matérias analisadas no estudo, as fontes diretamente associadas à chamada sociedade civil organizada também foram negligenciadas: não atingem sequer 5% das fontes principais consultadas pelos jornais mesmo somando-se a outros atores de fora do sistema público ou das forças de segurança – universidades (0,8%), especialistas (1,4%), organismos internacionais (0,6%), conselhos (0,5%), fundações/instituições (0,2%) e associações (1,3%).

Além de ser o principal assunto, a polícia aparece como a principal fonte ouvida em 32,5% dos textos pesquisados. Quando se analisa quem são os atores sociais citados nos textos (independentemente de serem fontes), a força policial aparece novamente em destaque, presente em 83% das matérias. Em grande medida a cobertura ainda mantém conexões muito estreitas com o ambiente da delegacia e do batalhão da polícia militar, e considerar quase exclusivamente as forças e as autoridades de segurança parece ser um caminho indesejável para uma cobertura plural, de qualidade. Além disso, os poderes executivos vêm em seguida, com ênfase nos executivos estaduais, e a presença ainda tímida da sociedade civil organizada e de operadores importantes da justiça criminal acaba por limitar o debate e os enfoques a serem desenvolvidos pela cobertura.

Na busca por dados, também prevaleceram as fontes oficiais. Os principais fornecedores de estatísticas são as secretarias de segurança e as polícias (39,6,4%), além de órgãos ligados ao governo, como IBGE, IPEA e outros (17,9%). Chama atenção a baixa presença das universidades e das instituições acadêmicas de produção de dados – centros de análises das estatísticas oficiais que freqüentemente organizam pesquisas próprias voltadas para a compreensão destes fenômenos. De qualquer forma, apenas 5,3% das matérias, reportagens, editoriais, notas e artigos analisados citavam fontes de

dados. Segundo o estudo, os grandes jornais não se afastam expressivamente da média geral, ainda que apresentem um desempenho pouco melhor.

A falta de contextualização e a repetição de fontes, muitas vezes exclusivamente policiais, são, portanto, as características mais negativas observadas pela pesquisa. Os aspectos mais positivos mostram que, em linhas gerais, os jornais analisados respeitam os personagens envolvidos nas notícias, não apelam para o sensacionalismo irresponsável e recusam-se a adotar uma postura reacionária e desrespeitadora dos direitos humanos – algumas vezes, na contramão dos anseios de parte dos leitores. Apesar de mais frequentes, matérias que buscam enfatizar um sentimento de medo da sociedade frente ao fenômeno da violência urbana (5,6%) aparecem em percentual inferior ao que se poderia imaginar. Por fim, são desprezíveis os textos que deixam transparecer a idéia de que é possível fazer justiça com as próprias mãos (0,7%).

Embora parte significativa das matérias sobre atos violentos opte por uma cobertura factual e descontextualizada, são raros os apelos contundentes a práticas sensacionalistas: 78,4% do material analisado não realizam descrições minuciosas dos corpos da vítima e ou da cena do crime. E apesar do elevado número de matérias que permitem a identificação das vítimas – o que não é proibido pela legislação brasileira, exceto no caso de menores de 18 anos –, há um volume considerável de textos (73,5%) que preservam a identidade dos agressores, o que é condizente com o princípio constitucional da inocência presumida.

Ainda assim, ao analisar como as matérias foram inseridas na pauta, as pesquisadoras verificaram que na imensa maioria dos casos (83,6%) os ganchos foram as histórias individuais. Em seguida vêm os comunicados oficiais, que incluem não só a divulgação de novas medidas pelos governos, mas também o anúncio de ações das polícias e de estatísticas oficiais. As iniciativas da própria imprensa para criar ganchos e discutir o assunto aparecem em apenas 6,1% dos textos. Outro ponto negativo foi a pequena presença de causas, soluções e conseqüências gerais da violência: apenas 5,4% dos textos apontaram causas, 7,3% soluções e 6,4% conseqüências.

“A indicação de causas, soluções e conseqüências é central para o agendamento de um debate produtivo junto à esfera pública sobre quaisquer temáticas. É através da contextualização conceitual que ficam claras as responsabilidades e sobre como devem ser desenhadas as políticas de enfrentamento dos problemas face às causalidades apontadas. Do contrário, apesar de conhecidos, os problemas passam a ser vistos como uma espécie de males inerentes à realidade brasileira e, muitas vezes, são “naturalizados”, quando os atingidos são moradores de favelas e periferias” (Ramos e Paiva, 2005:32).

A concentração em histórias individuais, a baixa pluralização do debate e a ausência das temáticas da violência nos espaços de opinião dos veículos acabam por colaborar com a construção de um tratamento editorial que raramente consegue avançar para além do factual, apresentando coberturas complexas ou propositivas. Em resumo, 91% dos textos limitam-se a descrever brevemente o fato gerador da notícia ou contextualizar muito superficialmente os acontecimentos. Além disso, algumas características editoriais que garantiriam maior densidade à cobertura são pouco encontradas. A exceção é a presença de fotos (que aparecem em 36,7% dos textos). Boxes (7,7%) e gráficos, quadros ou mapas (2,1%) raramente são utilizados. Apenas 7,3% dos textos tiveram chamadas na primeira página.

As pesquisadoras acreditam que há mais de uma tendência em curso. Por um lado, o volume de notícias sobre os temas da violência e da segurança pública é expressivo, o que atestaria o reconhecimento da importância do assunto. Também há indicações de que a maioria dos jornais analisados deixou de praticar coberturas meramente “criminais”, típicas das antigas seções de polícia, e passou a tratar de violência e segurança pública. O apelo à linha-dura contra o crime, nos moldes clássicos e muito recorrentes no passado, já não são excessivos sequer nos jornais populares.

Por outro lado, a cobertura ainda é altamente dependente das fontes policiais; extremamente factual; motivada por histórias individuais; pouco contextualizada; com baixa presença de opiniões divergentes; e apresenta pouquíssimos dados. Novas tendências se vislumbram, com um percentual não desprezível de textos enquadrados na perspectiva das políticas públicas, em particular quando o foco é o sistema penitenciário. As notícias sobre as forças de segurança, ainda que sejam muito expressivas em volume, carecem de elementos que permitam uma reflexão mais profunda e, via de regra, não trazem indicações, para a sociedade e para os governos, dos pontos nevrálgicos a serem enfrentados (ausência de investimentos, necessidade de modernização e de combate à violência e à corrupção policiais).

Do ponto de vista jornalístico, predomina em grande parte das matérias um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que tem. Assim, segundo as pesquisadoras, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica, na maior parte do tempo, do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes.

“Uma das críticas mais comuns à polícia é que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo dos melhores jornais do país, padece, em parte, dos mesmos problemas. Corre atrás da notícia do crime já ocorrido, ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente sua enorme capacidade para pautar um debate público consistente sobre o setor” (Ramos e Paiva, 2005:39).

(3.1.3) Algumas possíveis consequências das mudanças

Embora não tenha se proposto a analisar os impactos destas reportagens sobre os leitores, a pesquisa do Cesec aponta um aumento na cobertura da violência. Ao contrário do que sugerem suas coordenadoras, é possível que essa ampliação, da maneira como vem sendo feita, provoque resultados negativos, e não uma maior conscientização sobre o tema. Para o filósofo Alessandro Baratta, a imagem da criminalidade coloca em evidência e dramatiza apenas uma parte do problema – que é, na verdade, bem mais vasto –, contribuindo assim para ocultar suas raízes sociais.

Coordenador de uma pesquisa sobre o assunto na universidade de Saarbrücken, na Alemanha, Baratta lembra que os eventos definidos como “violência criminal” representam uma parte ínfima da violência urbana, conforme já discutido no capítulo anterior. Ele cita também a hierarquia das questões sociais na percepção do público e diz que a criminalidade ocupa um lugar desproporcional, importante demais. Assim, desvia-se a atenção sobre outros problemas estruturais, dos quais também deriva a criminalidade, a exemplo da distribuição de riqueza e da marginalização social.

De acordo com o pesquisador, as explicações culturais e estruturais para o crime são quase sempre centradas na chamada criminalidade tradicional: as transgressões típicas das classes subalternas que vivem nas metrópoles capitalistas, tais como furtos, roubos, lesões corporais, violência sexual e vandalismo. Desta forma, contribuem para transmitir uma imagem parcial da criminalidade.

Os delitos mais lesivos à sociedade são, na verdade, aqueles praticados pelas classes sociais mais abastadas: os crimes do colarinho branco, delitos econômicos e crimes contra a saúde pública, por exemplo. Pesquisas mostram, entretanto, que as imagens da criminalidade se baseiam em estereótipos e predominam as noções ligadas às infrações incluídas exatamente na criminalidade tradicional: os delitos típicos das camadas sociais mais pobres das metrópoles. Assim, de acordo com Baratta, termina por haver uma independência entre percepção e criminalidade real.

À percepção do real, os efeitos da seleção feita pelos meios de comunicação e da circulação massificada das imagens acrescentam uma espécie de percepção imaginária da criminalidade. Esta percepção imaginária é, por exemplo, a raiz do medo, que, ao contrário do que seria possível supor, não parece ser influenciado pela experiência real. De acordo com Baratta, ele aumenta na mesma proporção em que há desconhecimento sobre a criminalidade, à qual o medo se associa por via simbólica. Surge, portanto, a partir da alienação e do isolamento em que as metrópoles encerram seus habitantes.

“Se a argumentação exposta até aqui for consistente, os dois problemas – criminalidade e medo – não se condicionam reciprocamente. A solução do segundo, portanto, não pode ser buscada simplesmente através da contenção e repressão do desvio” (Baratta, 1994:17).

Embora reconheça o impacto negativo que tem a falta de conhecimento acerca do assunto, Baratta afirma que a atual cobertura da mídia não ajuda a combater a criminalidade. A pesquisadora Elizabeth Rondelli argumenta, no entanto, que pelo processo da ampla visibilidade garantida à violência, os meios de comunicação produzem representações sociais de forma privilegiada. Portanto, o modo como a mídia fala da violência faz parte da própria realidade da violência, e o que se expressa nessa cobertura é uma determinada forma de cultura política onde a prática da violência tem sido o recurso tradicionalmente usado diante da impossibilidade de estabelecer negociações e consensos mínimos. Como forma de encontrar uma solução, ela aponta, indiretamente, para a hipótese do agenda-setting, que será desenvolvida a seguir.

“Portanto, compreender a mídia é um modo de se estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes sentidos que, ao circularem, socialmente, induzem, práticas referidas à violência” (Rondelli, 2000:150).

(2.2) A hipótese do Agenda-Setting

(2.2.1) A mídia e a construção das agendas

As teorias do agenda-setting (ou agendamento) e da tematização surgiram do estudo da opinião pública e da comunicação política, de acordo com o pesquisador das teorias da comunicação Enric Saperas. Aqui, no entanto, vamos considerar a tematização como parte do agenda setting. Trata-se de uma modalidade de investigação

baseada na constatação do poder que os meios de comunicação de massa exercem para, através de sua capacidade simbólica, influenciar e determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados temas (Saperas, 1993:54).

O envio de cartas à imprensa é, para Saperas, um exemplo da capacidade que os meios de comunicação de massa têm para estabelecer o grau de importância dos tópicos expostos nos noticiários. A influência dos meios de comunicação de massa pode ser admitida sem discussão na medida em que ajudam a “estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (Roberts, 1972:377 apud Wolf, 1995).

Ao considerar que a construção dessa imagem da realidade social se dá a longo prazo, as pesquisas nesse campo abandonaram a perspectiva da persuasão e passaram a se concentrar nas mudanças sofridas por determinados assuntos na paisagem política. Entende-se agora que a mídia não intervém diretamente no comportamento de seus destinatários. Na verdade, tende a influenciar o modo como eles organizam suas imagens do ambiente.

“Essa imagem – que é simplesmente uma metáfora que representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo acumulou – pode ser pensada como um standard em relação ao qual a nova informação é confrontada para conferir seu significado. Esse standard inclui o quadro de referência e as necessidades, crenças e expectativas que influenciam aquilo que o destinatário retira de uma situação comunicativa” (Roberts, 1972:366 apud Wolf, 1995).

A pesquisa sobre o agenda-setting parte da importância e do papel dos processos simbólicos e comunicativos para as relações sociais, associando seus efeitos à construção da realidade. Trata-se, portanto, da análise da relação entre a ação constante da mídia associada à formação e à hierarquização do conjunto de conhecimentos públicos acerca da realidade social. De acordo com Wolf, o índice principal para se avaliarem tais efeitos não pode ser apenas a atenção destinada à mídia. É necessário também avaliar o conteúdo e o significado daquilo a que as pessoas se expõem.

Assim, a teoria se ocupa das quatro agendas que intervêm neste processo: a intrapessoal; a interpessoal; a da mídia; e a agenda pública. De acordo com Saperas, as pesquisas costumam concentrar-se nas duas últimas. Nessa relação entre ação da mídia e os conhecimentos públicos, Wolf destaca três importantes características dos meios de comunicação de massas: sua capacidade para criar e manter a relevância de um tópico; as semelhanças existentes nos processos produtivos da informação; e o fato de ser a partir do conhecimento público que o próprio saber público é reconhecido como tal.

Segundo ele, essa última particularidade reforça a evidência dos pontos de vista difundidos pela mídia, e daí vem o poder que ela tem sobre aqueles que ainda não formaram uma opinião própria: “Muitas vezes a opinião publica se adapta à opinião da mídia” (Wolf, 1995:129).

“Os meios de comunicação revelam claramente sua afirmação do aparecimento publico de um item. A agenda setting postula que o público adota este tipo de afirmação temática e que, fazendo-o, incorpora um conjunto igual de relevância nas suas próprias agendas” (DeGeorge, 1981:219-220 apud Saperas, 1993).

Desta forma, a mídia realiza uma mediação entre comunicador e público, mas executa também uma mediação social ao determinar sua própria agenda, pois esta interfere na agenda pública. Para compreender o agendamento estabelecido a partir da relação entre a imprensa e seus leitores, é necessário, portanto, avaliar determinadas características da produção das notícias.

De acordo Saperas, o estudo do estabelecimento de agendas temáticas levou a uma nova avaliação da função de *gatekeeper*, noção criada em 1947, para se referir aos indivíduos que determinam a agenda dos meios de comunicação. A agenda de temas surge da atividade dos jornalistas no âmbito das organizações em que desenvolvem seu trabalho, incluindo-se aí a relação profissional-empresa e lembrando que há diferentes níveis de *gatekeeper*: desde os jornalistas, até o sistema comunicacional como um todo.

Nas discussões sobre a origem da agenda temática dos meios de comunicação, há quem diga que os *gatekeepers* fazem esta seleção de forma independente. Outros, porém, acreditam que se adaptem às exigências de instituições sociais importantes, como líderes e organizações políticas, que desta forma exercem influência sobre os destinatários. O que se nota, de fato, nas grandes redações é um enorme esforço para não assumir, simplesmente, os discursos alheios, mas filtrá-los de acordo com os valores e interesses do jornal.

Entre estes valores há determinações dos donos, que nos jornais, assim como em qualquer empresa privada, ditam as normas. Há também influências dos próprios jornalistas, desde editores e chefes de reportagem até os repórteres, que de alguma maneira interferem diretamente nesse discurso ao escreverem suas matérias. De qualquer forma, DeGeorge resume a função dos *gatekeepers*:

“A capacidade dos meios de comunicação para produzirem mudanças através dos efeitos cognitivos pode ser atribuída ao permanente processo de seleção

realizado pelos Gatekeeper nos meios de comunicação, os quais, em primeiro lugar, determinam que acontecimentos são jornalisticamente interessantes e quais o não são, e lhes atribuem diferente relevância em função de diversas variáveis como a extensão (em tempo ou espaço), a importância (tipo de títulos, localização no jornal, frequência de aparecimento, posição no conjunto das notícias) e o grau de conflituidade (a forma como se apresenta o material jornalístico), de todos os itens que devem passar pelo crivo. Algumas notícias são tratadas detalhadamente, outras merecem uma atenção supérflua; outras serão completamente ignoradas”. (DeGeorge, 1981:219-220 apud Saperas, 1993).

Pesquisadores destacam alguns fatores que podem influenciar o agendamento. Entre elas estão a proximidade geográfica do assunto em questão, o grau de conhecimento que o público tem sobre o tema e a afinidade destes destinatários com a agenda proposta pela mídia. É difícil estabelecer, contudo, como age cada uma dessas variáveis. Sendo assim, estas possibilidades não serão aqui discutidas. Em todo caso, é importante lembrar que a violência faz parte do cotidiano das grandes cidades brasileiras e, portanto, não pode ser ignorada pelos meios de comunicação de massa.

No caso da cobertura dos ataques em São Paulo, é possível dizer que o agendamento foi facilitado também pela própria característica dos eventos. Isso porque a congruência entre o destaque dado pela mídia e a evidência alcançada por um assunto se dá também através da tematização: a transformação de vários acontecimentos em um único âmbito de relevância, reforçando seu significado quando comparado ao das informações não-tematizadas.

“Portanto, aquilo que distingue um tema de um acontecimento ou de uma categoria de acontecimentos cuja importância e cujo maior empenho comunicativo tenham já sido determinados é, nesta acepção, não só o fato de reunir uma série de acontecimentos, e por um período de tempo estável, dentro de uma rubrica *ad hoc* (específica, temporal e espacialmente limitada), mas também o fato de fazer convergir essa mesma série de acontecimentos na denúncia de um problema que tenha um significado público e requeira uma solução (ou uma decisão)” (Rositi, 1982:139 apud Wolf, 1995).

Este efeito é determinado também por características do próprio assunto em questão: aqueles que revelam uma importância político-social são mais suscetíveis à tematização. As ações dos criminosos paulistas foram pautadas justamente como uma série de acontecimentos, ganhando destaque em relação a outros crimes, como não poderia deixar de ser. Wolf ressalta, porém, que o tema adquire peso se puder personificar-se em indivíduos que dele sejam porta-vozes. A possibilidade de dar forma à agenda reside, em grande parte, na habilidade desses indivíduos para comandarem a atenção dos meios de comunicação de massa, num processo de fortalecimento do tema.

No caso dos eventos aqui analisados, os jornais parecem ter traçado como objetivo discutir os temas da violência e do terror, mas certamente não queriam transformar os criminosos em porta-vozes de qualquer mensagem. O jornal *O Globo* optou por sequer citar o nome do Primeiro Comando da Capital – facção criminosa responsável pelos ataques. Sendo assim, tudo indica que o agendamento foi feito a partir dos policiais, dos governantes e dos analistas, que assumiram este lugar de porta-vozes, excluindo a possibilidade de que os bandidos – já marginalizados por sua condição – também fossem vistos como cidadãos.

Os policiais, conforme pesquisa do Cesec já citada, são quase sempre as estrelas do noticiário sobre a violência. No caso dos governantes (especialmente os da esfera federal), que não costumam aparecer na mídia com tanta frequência nos casos como o que é aqui analisado, tudo indica que foram incluídos no noticiário com objetivo de propor uma nova agenda para as políticas de gestão da segurança pública. Por fim, a participação de analistas e pesquisadores pode ser entendida como um esforço da imprensa para contextualizar o assunto, preocupação que não é notada na cobertura diária da violência local.

(2.2.2) Relação com a agenda dos leitores

De acordo com Saperas, os efeitos cognitivos são reconhecíveis quando se produz uma semelhança entre a agenda dos meios de comunicação e a agenda pública. Nesses casos, verifica-se que os destinatários das informações aceitaram como seus os temas propostos pela mídia (Saperas, 1993:72). Para Wolf, o impacto sobre os destinatários se configura em dois níveis: o estabelecimento da ordem do dia e a disposição hierárquica em que as informações aparecem nesta ordem do dia. Outra variável é a das experiências vividas pelos indivíduos. Para alguns pesquisadores, a experiência direta, imediata e pessoal de um problema torna-o suficientemente evidente a ponto de fazer com que a influência cognitiva dos meios de comunicação se atenuem.

“Quanto menor é a experiência direta que as pessoas têm de uma determinada área temática, mais essa experiência dependerá dos mass media [meios de comunicação de massa] para possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a essa área. As pessoas não têm necessidade dos mass media [meios de comunicação de massa] para terem um conhecimento vivido do aumento dos preços. Estas condições, quando existem, invadem a vida quotidiana das pessoas” (Zucker, 1978:227 apud Wolf, 1995).

Wolf ressalta que o impacto das experiências decresce de acordo com que aumenta o nível de informação sobre o tema. Ele afirma que para ser capaz de tratar a informação contida no texto, o destinatário deve combinar as informações novas com aquelas já acumuladas na memória (Wolf, 1995:149). A ausência de conhecimento prévio dificulta o agendamento, portanto, e ao que tudo indica os cariocas não tinham muitas informações anteriores sobre o pano de fundo dos ataques em São Paulo – a violência urbana no Rio de Janeiro e em São Paulo têm características diferentes, e a cobertura é muito centrada na primeira cidade, conforme já mostrado.

Em última análise, no entanto, a principal questão para a teoria do agenda-setting é saber de que maneira as informações absorvidas pelos destinatários, a partir dos meios de comunicação de massa, se transformam em elementos de sua enciclopédia, ou seja, passam a fazer parte do seu conjunto de conhecimentos sobre o mundo. As características dos destinatários são fatores decisivos neste processo.

Conforme discutido, Wolf defende que a familiaridade dos destinatários com um assunto estimula seu agendamento, ao passo que a experiência prática atrapalha ao reduzir a importância da mídia. Posição semelhante é adotada por Saperas. Ele afirma que enquanto para uns a discussão interpessoal tende a diminuir o efeito de agenda-setting, para outros o grau de politização sobre o tema e a importância da discussão pública facilitam o encaminhamento da agenda da mídia para a agenda intra-interpessoal.

Se voltarmos ao ponto de partida da teoria em questão – “a maior parte das vezes, a imprensa não têm êxito dizendo às pessoas o que hão-de-pensar, mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre que hão-de-pensar” (Cohen, 1963:120 e 121 apud Saperas, 1993) –, a segunda hipótese tende a ganhar força, já que a agenda da mídia funcionaria como estímulo à discussão e, portanto, a mídia estaria em certa medida determinando sobre o que pensam seus leitores. De qualquer forma, a capacidade de agendamento do noticiário tende a aumentar se o grupo social do qual fazem parte os destinatários precisa de uma orientação para agir frente ao tema em questão.

“Em conclusão, a susceptibilidade para se conseguirem efeitos cognitivos do estabelecimento da agenda aumentará ou diminuirá segundo o maior ou menor grau de envolvimento dos grupos sociais nos conflitos ou temas de atualidade integrados na agenda dos media [da mídia]. Por outras palavras, a motivação presente nos grupos sociais opera como um elemento de susceptibilidade para a consecução de efeitos cognitivos” (Saperas, 1993:75).

Este parece ser o caso da cobertura da violência no Brasil. De acordo com a pesquisadora Elizabeth Rondelli, as notícias revelam não só o isolamento dos setores sociais neles envolvidos, como também a impotência da sociedade para resolver seus conflitos. Por isso, para reprimir tal violência, não se sabe o que fazer. Rondelli parece acreditar na capacidade da mídia para promover discussões e apontar soluções para este problema, já que afirma:

“Assim, a emergência de atos ou fenômenos compreendidos como violentos mobiliza a sociedade a procurar ora enquadrá-los em suas tradicionais categorias de compreensão dos conflitos, ora avaliá-los a partir de novas interpretações” (Rondelli, 2000:155).

(2.2.3) Impactos na agenda do governo

De acordo com a pesquisadora Elizabeth Rondelli, os meios de comunicação de massa espetacularizam a violência, a partir da lógica da visibilidade, do sensacionalismo, do fascínio e da banalização. Ao convocar os leitores a estabelecerem juízos, a mídia coloca-se como dispositivo que pauta a violência na agenda pública da constituição dos discursos e sujeitos sociais. Por isso, há dois sentidos imediatos nos atos violentos: o que é dado por seus autores e aquele construído pela mídia. Além destas representações instantâneas da violência, ela afirma que é possível identificar outras quatro formações discursivas sobre o tema.

O discurso político-empresarial destaca a necessidade de modernização econômico-social e da adoção de uma política de investimentos como modos de criar alternativas, tratando a violência como obstáculo ao crescimento do mercado. Em oposição a esta visão, está aquela que identifica nas manifestações violentas formas de explicitação das injustiças sociais. Uma outra se concentra na constatação crítica da falência do Estado, do fim das utopias, do ocaso das ideologias e de um sentimento de deterioração da ordem normativa-legal, explicitando uma suposta fraqueza da experiência coletiva. A violência aparece aqui como elemento natural do mundo atual, que, por isso, não demandaria ações que a coíbam, segundo Rondelli.

Há ainda uma representação da violência que pode inspirar e orientar a elaboração de políticas públicas. Aí o discurso se bifurca: de um lado, fala-se em políticas assistenciais que visam identificar a origem dos comportamentos violentos, com objetivo de inviabilizá-los; de outro, está a discussão sobre políticas de segurança.

“Tais políticas estão geralmente no âmbito do Estado, encarregado de manter princípios de justiça social, da lei e da ordem, um Estado que busca ampliar sua legitimação, ao se empenhar nas políticas sociais, e que diante da violência social, adquire legitimidade para exercer suas políticas de segurança. As reclamações de ações contra a violência são também respondidas graças à necessidade que o governo tem de cuidar de sua própria imagem pública” (Rondelli, 2000:157).

A pesquisadora lembra que os acontecimentos que viram notícia, além de incluírem todos os ingredientes para se tornarem fatos jornalísticos – escandalosos cruéis e inusitados – são episódios cuja repercussão ocorre por revelarem outras questões que não estão propriamente neles. Estas imagens ganham relevo por exporem o caráter sociocultural das nossas práticas violentas – menos psicológica, política e ideologicamente fundadas. Visualizam-se nelas conflitos marcadamente sociais, crônicos e quase insolúveis. A partir daí é que irrompem na cena pública problemas como a existência de presídios superlotados, a certeza da impunidade para policiais e a proximidade entre bandidos e cidadãos da classe alta. Estas imagens acabam produzindo um debate público que ultrapassa o espaço da notícia e convoca outros atores sociais, que por força de suas funções ou responsabilidades passam a fazer parte do debate. A cadeia de sentidos que nasce aí transforma a violência em linguagem.

O poder da violência reside, portanto, não só nas suas intenções práticas ou instrumentais, mas também nas suas consequências simbólicas e expressivas. Para Rondelli, a intenção prática é um meio de transformar o ambiente social, enquanto a intenção expressiva e simbólica é uma maneira de dramatizar a importância das idéias, trazendo à tona os conflitos. Ela afirma que a ação terrorista, que busca ressonância para a expressão de uma idéia através de atentados, é um exemplo prosaico deste poder da violência como expressão e linguagem. Assim, nesse sentido, a violência aparece não só como agressão física, mas também como ato de comunicação.

“A força expressiva desta linguagem vem desse movimento de os episódios deixarem seus lugares particulares ou privados de sua ocorrência para se extravasarem numa dimensão pública onde se encontram, sobretudo, com instituições e discursos preexistentes, que passam a produzir sentidos e orientar práticas sociais sobre a violência. Daí ser a violência mobilizadora e fundadora: expressa conflitos, dá visibilidade a questões sociais ou políticas latentes, provoca a produção de sentidos em diversas instâncias discursivas e aciona práticas institucionais e políticas” (Rondelli, 2000:152).

Se a mídia é testemunha pública dos atos de violência, ela é também o lugar para onde convergem outros discursos. Desta forma, os meios de comunicação agem como produtores de consenso, compondo vários discursos e refletindo produções, definições e

representações socioculturais. Contudo, não são somente as irrupções ou manifestações dos atos violentos que se configuram como disputas. No plano das representações, a produção discursiva sobre a violência ocorre num terreno de embates, de relações de poder, onde se luta também por uma hegemonia discursiva. Isso porque é a partir das notícias que os leitores são constrangidos a produzirem sentidos sobre a violência, que não só denunciam suas visões de mundo, como orientam práticas sociais, políticas e culturais. Assim, Rondelli afirma que a violência e suas imagens têm o poder de convocar sujeitos em direção à ação social.

Desta maneira, embora reconheça que o significado social dos atos violentos é dado no momento em que eles são midiaticizados – apropriados pela mídia e por discursos sociais – a pesquisadora insinua que não é a mídia que convoca o público à ação, mas sim a violência, agindo como linguagem. No caso dos ataques em São Paulo, essa possibilidade ganha respaldo nas características específicas dos eventos em questão: as ações que desencadearam as reportagens foram planejadas com objetivo de chamar atenção para uma questão. Ou seja, em certa medida, previam que teriam destaque no noticiário, e, portanto, mesmo que indiretamente, foram organizadas para orientar práticas sociais. O resultado, como veremos, pode não ter sido condizente com o que fora planejado pelos criminosos.

Há outros casos, porém, em que a mídia é, de fato, quem convoca o público à ação e as consequências desse agendamento terminam por ir necessariamente contra os interesses dos autores da violência. Exemplo disso é a repercussão provocada pela série de reportagem da *TV Globo* sobre a violência policial na Favela Naval, em Diadema, Grande São Paulo. Produzida pelo repórter Marcelo Rezende, a primeira matéria foi ao ar no dia 31 de março de 1997. Ainda na abertura, mostrava um grupo de policiais extorquindo dinheiro, humilhando, espancando e executando pessoas numa blitz na comunidade.

Antes de exibir as imagens, o apresentador William Bonner advertiu que eram fortes, mas que o *Jornal Nacional* tinha o dever de denunciar. A mídia, em geral, costuma se atribuir este papel. Em algumas situações, a denúncia parece anular as intenções não explícitas de determinadas matérias, pois pode outorgar ao fato uma aparência de verdade irrefutável – especialmente na televisão, que explora as imagens. No caso em questão, o editorial lido por Bonner após a exibição da reportagem identificava um de seus objetivos: “As cenas repugnantes que o *Jornal Nacional* acaba de apresentar causam uma revolta que só pode ser atenuada por castigo severo e

exemplar, que é o que se espera do governo e da Justiça do estado de São Paulo” (Memória Globo, 2004:324).

Nos dias seguintes, com a participação do repórter Ernesto Paglia, novas matérias identificaram os policiais envolvidos nos atos de violência. As consequências da série, de fato, extrapolaram qualquer interesse individual oculto que a *TV Globo* ou os repórteres pudessem ter em relação à notícia. Além de agendar e mobilizar telespectadores de todo o país – que fizeram milhares de telefonemas e enviaram faxes e e-mails, manifestando sua indignação – as reportagens provocaram impactos na agenda política do país: o então presidente da República manifestou publicamente sua revolta diante da situação trazida à tona pela TV; a Assembléia Legislativa de São Paulo criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso; o então governador do estado, Mário Covas, assinou a exoneração dos oficiais da PM responsáveis pela região; os policiais envolvidos no episódio foram presos; e, poucos dias depois da exibição das imagens, foi aprovado projeto de lei que transformava a tortura em crime punível com pena de até 21 anos de prisão.

A lei 9.455 foi sancionada no dia 7 de abril de 1997, sete dias após o *Jornal Nacional* denunciar das torturas em Diadema. É indiscutível, portanto, a capacidade que os meios de comunicação de massa têm para pautar o debate sobre a violência e levá-lo à esfera política, ou seja, inseri-lo na agenda pública do governo.

“Esse debate pode politizar-se, não somente por uma atitude moralista e/ou pedagógica, mas por reivindicar o estabelecimento de limites ao desempenho do papel do Estado, de suas políticas e de seus agentes diretamente envolvidos com a violência e o crime” (Rondelli, 2000:150).

(3) ATAQUES EM SÃO PAULO: UM CASO DE MÍDIA

(3.1) Resumo da cobertura

No dia 14 de maio de 2006, o jornal *O Globo* ignorou as diretrizes de seu projeto gráfico para publicar um título em duas linhas na página 3: “Criminosos atacam polícia de São Paulo e matam 30” (*O Globo*, 14/05/2006). Começava então uma cobertura que, inicialmente, se estenderia por 18 dias ininterruptos. Nos quatro meses seguintes, o assunto ganhou destaque em 180 páginas do jornal. Desta vez, naturalmente, os crimes foram publicados na editoria nacional, pois aconteceram fora da cidade do Rio de Janeiro. Escapar à seção local, no entanto, foi uma novidade, já que este é o espaço que costuma ser reservado para questões relativas à violência e à segurança pública.

Apenas entre os dias 14 e 31 de maio, foram 103 páginas, sendo 14 páginas ⁸ – a primeira página da editoria nacional e, portanto, uma das mais importantes do jornal. Desde o início dos ataques, a primeira vez em que o assunto deixou de ser destacado na página 3 foi no dia 25, uma quinta-feira, quando perdeu espaço para a disputa eleitoral, e a primeira matéria sobre as ações do Primeiro Comando da Capital (PCC) – principal facção criminosa de São Paulo, que comanda os presídios do estado – foi publicada apenas na página 9.

No dia seguinte (15), a onda de violência também não ocupou a página principal da editoria nacional. A notícia mais relevante sobre o assunto estava escondida na página 11 e informava a entrega da lista com os nomes das 118 pessoas mortas a tiros durante a onda de ataques. Destas, 79 foram consideradas pela polícia como integrantes da quadrilha, e outras 31 foram mortas fora dos conflitos. De acordo com a reportagem, o documento divulgado incluía ainda a situação em que foram mortos 42 agentes de segurança pública. O número de oficiais mortos se manteve até o fim do mês, mas o de suspeitos de envolvimento com o PCC chegou a 152.

A cobrança pela lista com os nomes dos mortos ditou o tom do início da cobertura, conforme analisaremos melhor adiante, mas não apareceu no primeiro dia. Naquele domingo, o noticiário sobre a onda de violência foi bem menos extenso que o das três semanas seguintes porque os primeiros ataques organizados pelo PCC aconteceram na noite de 12 de maio, uma sexta-feira. Trata-se de um dia em que as

⁸ De acordo com pesquisa feita pela própria autora.

redações dos jornais estão tradicionalmente ocupadas com o fechamento das edições do dia seguinte e de domingo, que começa a ser vendida na tarde do sábado.

Diante destas restrições, as matérias sobre os primeiros ataques foram publicadas apenas no domingo, 14 de maio. Ainda assim, na primeira edição do jornal havia apenas uma notícia, incompleta e isolada na página 11. Para incluir outras três matérias, foi necessário fazer uma nova edição, com reportagens produzidas no sábado. Elas entraram justamente nas páginas 3 e 4, onde, no alto, um selo (recurso gráfico usado, em geral, para destacar coberturas extensas, como campanhas eleitorais ou séries de reportagens) anunciava que elas seriam as primeiras de muitas: a marca identificava as ações como uma “onda de violência”.

As informações que receberam destaque na matéria principal do dia 14 de maio demonstravam que se tratava de conflitos entre criminosos e policiais, frisando esta oposição, que será discutida adiante. Ataques de criminosos contra carros da polícia, delegacias e postos policiais deixaram inicialmente 30 mortos, dos quais 23 eram agentes de segurança pública. Além disso, 11 pessoas foram feitas reféns em rebeliões simultâneas em 22 presídios de São Paulo, “comandadas pela facção criminosa”, não identificada pelo jornal.

As ações foram atribuídas a reações dos criminosos à transferência de 765 presos, levados de presídios do interior para a penitenciária de Presidente Venceslau, no Oeste Paulista, na quinta e na sexta-feira anteriores. Um dos personagens principais da cobertura foi citado logo na primeira reportagem: Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, líder do PCC. Ele foi pouco citado pelo jornal ao longo da cobertura, e *O Globo* optou por não identificar o nome da facção para evitar oferecer publicidade gratuita aos criminosos. Segundo Luiz Antonio Novaes (Mineiro), editor executivo do jornal *O Globo*, “não dar espaço às facções criminosas (do Rio de Janeiro) é não dar voz a um segmento que não merece participar do debate sobre a sociedade⁹”.

Na primeira página dedicada aos ataques, o jornal mostrou disposição para tentar contextualizar os acontecimentos, incluindo um quadro com referências a outras rebeliões em presídios, ocorridas em 2001. Neste primeiro dia de cobertura, viu-se também outra tendência que acompanharia as reportagens seguintes: a abordagem política do assunto. Mesmo com as dificuldades de produção impostas pelas circunstâncias – além de ser um sábado, a equipe de São Paulo é menor que a da sede

⁹ Disponível em: <http://www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/30765>

do jornal, no Rio de Janeiro –, a principal reportagem publicada na página 4 foi dedicada às posições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), à época, os principais candidatos às eleições presidenciais, que aconteceriam em outubro. O fato de ambos terem rapidamente se posicionado diante do tema mostra a capacidade de agendamento que a violência tem.

O jornal ouviu também o então governador de São Paulo Cláudio Lembo (PFL); divulgou o destaque que os ataques ganharam na mídia internacional; publicou três fotos e comparou as ações a atos terroristas, com base na opinião de especialistas. Estavam presentes, portanto, quase todos os elementos que marcaram a cobertura, faltando apenas o “drama humano”, explorado a partir de histórias individuais, que costumam ser usadas para humanizar o assunto e aproximá-lo dos leitores.

No segundo dia de cobertura, o número de páginas dedicadas ao assunto pulou para sete, e no terceiro foram 13. O aumento do espaço foi provocado, em parte, pelo recrudescimento dos ataques no dia anterior (15), quando o estado de São Paulo parou: os criminosos promoveram 184 atentados e deixaram 81 mortos, 49 feridos, 85 ônibus queimados e 13 agências bancárias incendiadas. O fato de os bandidos terem retirado os passageiros antes de incendiar os ônibus foi uma demonstração da intenção midiática dos ataques: o objetivo ali era chamar atenção e mobilizar.

No sábado, dia 20, aconteceram os últimos ataques promovidos pelo PCC em maio. A partir daí, a cobrança pela lista dos mortos só aumentou e o selo que acompanhava todas as reportagens sobre o assunto ganhou sua versão definitiva: de “Onda de ataques”, passou para “O terror se espalha” e foi reduzido a “Terror”. Até o fim do mês de maio, a média de páginas ocupadas pelo assunto se manteve em torno de dez por dia.

Na cobertura feita ao longo de todo este primeiro mês, nota-se um esforço para ouvir novas fontes. Páginas inteiras foram dedicadas às opiniões de diferentes especialistas em violência e segurança pública. Tentou-se, ainda, incluir assuntos importantes para a discussão: a relação entre os presos e seus advogados; os direitos dos detentos; os problemas do sistema penitenciário; as políticas de segurança pública; as mudanças no cotidiano das cidades paulistas e o abuso das forças policiais. Até as explicações para as diferenças entre a violência no Rio de Janeiro e em São Paulo ganharam uma página inteira, no dia 16.

Observa-se, entretanto, que os policiais foram novamente as estrelas da cobertura, como costuma acontecer no noticiário diário, conforme analisado em

pesquisa feita pelo Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (Cesec), citada no capítulo anterior. Neste início, o jornal pareceu distanciar a polícia do governo, especialmente nas matérias em que cobrava respostas: ora avançava sobre uma, ora sobre o outro, esquecendo-se que o executivo estadual é, em última análise, o poder responsável pela manutenção da segurança pública.

Outra característica percebida especialmente neste primeiro mês foi o grande número de quadros com a opinião do jornal. Neles, como era esperado, *O Globo* abandonou qualquer tentativa de manter a imparcialidade diante do assunto. Ficou evidente, então, sua opção por defender a ordem legal acima de tudo e concentrar no seu suposto resgate a solução para a violência. De acordo com o que foi visto ao longo deste trabalho, no entanto, a colaboração do jornal poderia ser maior caso tentasse apontar para as causas do problema. Esse esforço, embora já reconhecido, parece ter ficado aquém das possibilidades.

Em junho, tudo indica que a cobertura perdeu fôlego: apenas quatro páginas foram ocupadas com notícias de alguma forma relacionadas às ações do PCC. É certo que os ataques só voltaram a acontecer no fim do mês, mas a cobertura dos desdobramentos dos primeiros eventos se mostrou fraca. No dia 1º, foi divulgada a lista oficial do Ministério Público com os nomes dos mortos durante os conflitos. No dia 13, terça-feira, uma matéria contava a história de um pai à procura do filho, desaparecido numa noite em que aconteceram ataques. Em outra terça-feira, dia 27, quando o fim da primeira onda de violência completava um mês, as ações do PCC voltaram a ganhar destaque na página 3 de *O Globo*: no dia anterior, 13 homens haviam sido mortos pela polícia, que os acusou de organizar novos ataques.

Novamente, abriu-se espaço para falar sobre a situação dos presídios, e o governador de São Paulo foi convocado a se pronunciar sobre o assunto. O jornal aproveitou também para lembrar os acontecimentos de maio, e se empenhou na edição, com quadros, foto e infográfico. No dia seguinte (quarta-feira, 28), a página 3 foi ocupada pela notícia sobre o enterro dos mortos, além de matérias com declarações de Alckmin e informações sobre a prisão de um advogado que tentava entrar com celulares em um presídio paulista. Mais uma vez, portanto, a violência se mostrou capaz de interferir nas agendas públicas e da mídia.

Os ataques voltaram a ter grande destaque em julho, mês em que ocuparam pelo menos 42 páginas de *O Globo*. Na noite do dia 2, criminosos atacaram policiais em represália à já citada morte de 13 criminosos na semana anterior. Neste início do mês, as

notícias concentraram-se em questões factuais como esta, mas, aos poucos, temas adjacentes – como a rede de apoio aos presidiários, formada por criminosos em liberdade, ou o uso de bloqueadores de celulares em presídios – voltaram à pauta. No dia 8, sábado, um texto mostrou como os ataques passaram a ser o enquadramento associado a quase todos os crimes cometidos em São Paulo: embora a reportagem afirmasse que a explosão de uma bomba no metrô não tinha relação com a maior facção criminosa do estado, a reportagem foi publicada sob o selo “Terror”, criado para identificar as matérias sobre os ataques promovidos pelo PCC.

No dia 12 de julho, dois meses depois das primeiras ações da facção, os criminosos voltaram a comandar ataques em diversas cidades de São Paulo, provocando a morte de oito pessoas. A motivação seria a divulgação de uma lista com o nome de 40 presos que poderiam ser transferidos de penitenciárias paulistas para o presídio federal de segurança máxima, em Catandúvas, no Paraná. Dessa vez, no entanto, a cobertura só se manteve intensa durante uma semana. Ao que parece, o assunto já tinha rendido o suficiente para o jornal e/ou seus leitores. Além disso, o noticiário precisava disputar espaço com a cada vez mais acirrada disputa eleitoral, que ganhou força para agendar a mídia e o público. Faltavam, então, menos de três meses para a votação, e as notícias sobre violência eram cada vez mais inseridas no contexto das questões partidárias.

Assim, ao longo do mês, *O Globo* parece ter privilegiado a discussão política em torno do tema, em detrimento das informações factuais. Também ganhou importância no jornal a discussão sobre o papel dos advogados na manutenção das organizações criminosas paulistas, que controlam o crime de dentro dos presídios. Como reflexo dessas opções editoriais, no dia 19, a morte de três pessoas num atentado contra um delegado, em São Paulo, foi a única notícia publicada sobre as ações do PCC. Ainda assim, a reportagem foi veiculada na página 13, distante, portanto, das matérias principais.

A última página do mês a levar o já desgastado selo “Terror” foi publicada no dia 21, uma sexta-feira. Apresentava reportagens sobre as prisões de uma advogada e um tesoureiro do PCC e de um acusado de participação nos ataques; e duas matérias sobre seqüestros no estado de São Paulo. A partir dali, a cobertura da violência e da segurança pública tendeu a voltar aos parâmetros anteriores: pouca divulgação para crimes cometidos fora do Rio de Janeiro e ausência de contextualização dos fatos.

Em agosto, porém, novas ações do PCC ressuscitaram o assunto. No dia 7, criminosos promoveram 93 ataques na capital e no interior de São Paulo, possivelmente

como reação à possibilidade de cancelamento do indulto para os presidiários no dia dos pais. No dia seguinte, a notícia ocupou a página 3 de *O Globo*, junto com matéria sobre a “guerra entre o estado e o governo federal”. A mídia parece, então, querer cada vez mais pautar o debate sobre a violência a partir das discussões políticas. Nesse caso, entretanto, parece que a violência foi mais capaz de agendar esse debate: conforme publicado em *O Globo* no dia 9, depois dos ataques do dia anterior, o governo paulista voltou atrás e decidiu manter o indulto para os presos.

Uma novidade apareceu na segunda-feira, dia 14 de agosto, quando, depois de três meses cobrindo ações que classificou como atos terroristas, *O Globo* publicou na página 3: “A nova face do crime organizado”. O que estava em questão era o seqüestro de uma equipe de reportagem da *TV Globo* e a ordem dos criminosos para que um vídeo fosse exibido pela rede de televisão. A determinação foi cumprida e a abordagem adotada pelo jornal foi respaldada pela opinião de especialistas. O caso foi comparado a situações vividas em países em guerra. O crime, de fato, mudou de patamar.

A partir da libertação do repórter Guilherme Portanova, da *TV Globo*, divulgada pelo jornal no dia 15, a discussão se voltou novamente para questões como o Regime Disciplinar Diferenciado e as ações dos agentes públicos contra os criminosos. O noticiário sobre este tipo de violência em São Paulo foi reduzido: entre os dias 20 e 31 de agosto só ocupou duas páginas de *O Globo*. Em setembro, quatro meses depois dos primeiros atentados, foram publicadas apenas três matérias sobre o assunto. Parece faltar, então, um acompanhamento dos desdobramentos destes fatos, que marcaram a história do país.

(3.2) Análise do conteúdo

Para analisar detalhes da cobertura de *O Globo* sobre os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, optou-se por fazer um recorte e considerar aqui apenas as reportagens publicadas na página 3, uma das mais importantes do jornal. As matérias foram selecionadas entre os dias 15 de maio, quando o jornal divulgou as primeiras ações da facção, e 15 setembro. A última vez que o tema mereceu destaque nesta primeira página da editoria nacional foi, contudo, em 15 de agosto. Em consequência disso, esta será a última data analisada nesta etapa do trabalho.

No período considerado, circularam por dia 380 mil exemplares do jornal, em média, de acordo com o Índice de Verificação de Circulação (IVC 2006¹⁰). Os leitores de *O Globo* são predominantemente jovens (22%) e adultos (35%), das classes A (57%) e B (25%) (Marplan, 2006¹¹). No Rio de Janeiro, eles se concentram em áreas nobres: 55% dos jornais foram vendidos na Zona Sul da capital e 8% em Niterói, contra apenas 3% na Baixada Fluminense, uma das regiões mais pobres do estado (IVC 2006¹²).

De maio a setembro, 24 páginas 3 foram reservadas para assuntos relacionados aos ataques: 14 em maio; duas em junho; quatro em julho; e outras quatro em agosto. Nas reportagens em questão, as informações factuais aparecem misturadas às de cunho político, mas para o conteúdo analítico, em geral, foi reservado um espaço à parte, em boxes destinados à opinião do jornal (pequenos editoriais) ou em quadros com avaliações de especialistas. A página 3 do dia 23 de maio ilustra esta opção do jornal. Com o título “MP dá prazo para receber lista” (*O Globo*, 23/05/2006), a matéria principal – sobre a determinação do Ministério Público para que a polícia divulgasse os nomes dos mortos nos conflitos em até 72 horas – foi acompanhada por um box de opinião, um quadro com entrevista concedida pelo ouvidor de polícia de São Paulo e outro box, sobre iniciativa do Conselho Regional de Medicina.

Essa opção pode ser a primeira falha de *O Globo*, já que, separadas do conteúdo factual, as análises correm o risco de serem descontextualizadas e perdem peso, pois demandam que o leitor tenha um interesse específico para, só então, buscá-las. No exercício do jornalismo, presume-se que, a princípio, o importante é saber quais são os fatos mais recentes. Além disso, é fundamental considerar que no cotidiano das grandes cidades – onde os cidadãos de classe alta são bombardeados por informações instantâneas – costuma sobrar pouco tempo para reflexões. Assim, não se quer aqui defender uma volta aos antigos padrões da cobertura da violência, quando faltava objetividade às reportagens policiais, descritas no capítulo anterior. É fundamental questionar, no entanto, se esse confinamento das análises dificulta a indicação de soluções e propostas para o problema.

Sob a perspectiva do agenda-setting, estas proposições podem ter impactos relevantes na elaboração de políticas de segurança pública e no combate aos problemas que alimentam a violência urbana, conforme discutido ao longo deste trabalho. *O Globo*

¹⁰ Disponível em: http://www.infoglobo.com.br/mercado_circulacaoivc.asp, acessado em 28/11/2006.

¹¹ Disponível em: http://www.infoglobo.com.br/mercado_perfileitores.asp, acessado em 28/11/2006.

¹² Disponível em: http://www.infoglobo.com.br/mercado_distribuicao.asp, acessado em 28/11/2006.

foi capaz de consultar diferentes analistas, mas, possivelmente, seu poder de agendamento teria sido maior caso essas análises tivessem maior destaque na cobertura. Por outro lado, ainda sob a ótica do agendamento, é importante avaliar o conteúdo dos boxes com a opinião do jornal, que tiveram largos espaços garantidos ao longo do período analisado. Seria difícil avaliar em que medida a opinião do jornal interfere nas reportagens, que, de acordo com os manuais de jornalismo, devem buscar a imparcialidade. Aqui, trata-se então de uma análise do próprio conteúdo dos pequenos editoriais publicados pelo jornal entre as matérias sobre a onda de violência.

No segundo dia da cobertura, por exemplo, um destes boxes de opinião foi estampado na página 3 com o título “Terrorismo”. Enquanto a matéria principal alardeava – em duas linhas, pelo segundo dia consecutivo – “São Paulo conta 72 mortos e há presos rebelados em 3 estados”, o editorial afirmava: “trata-se de uma ação de terror, em que o alvo é o próprio estado de direito. Todos são vítimas: a sociedade brasileira e os poderes da República” (*O Globo*, 15/05/2006).

É inquestionável a crueldade dos ataques promovidos por integrantes do PCC, todos criminosos, mas, à luz do que foi discutido ao longo deste trabalho, é possível questionar quais benefícios podem trazer este reforço dado às idéias de que há um desrespeito às instituições e de que a sociedade brasileira e o próprio estado são vítimas. Ao contrário, esse lugar em que as instituições sociais são colocadas pode prejudicar o combate à violência ao insinuar uma impotência diante do crime. Além disso, neste mesmo box de opinião, *O Globo* afirmou:

“A repressão aos bandidos e sua punição exemplar interessam à federação. Daí a solidariedade manifestada pelo Executivo federal ter de se materializar em medidas objetivas – e urgentes. Quem considera essa onda de violência um problema exclusivamente paulista, desse ou daquele partido. Não é. Está em xeque a capacidade de a nação responder à ameaça ao país representada por essa escalada do crime rumo ao terrorismo” (*O Globo*, 15/05/2006).

Neste último trecho, fica clara a consciência que o jornal tem de seu poder de agendamento, explícito nas cobranças por repressão e punição. Aí, novamente, *O Globo* parece ignorar o impacto negativo que tais afirmações podem provocar. Conforme argumentado nos capítulos anteriores, raramente a demanda por ações enérgicas favorece a redução da violência urbana. Essa mesma demanda é percebida de forma menos nítida em títulos de matérias como “São Paulo acuado pelo crime” (*O Globo*, 16/05/2006:3), ““Não interessam heróis mortos”” (*O Globo*, 17/05/2006:3), “Medo

uniforme” (*O Globo*, 28/05/2006:3), “A repetição da afronta” (*O Globo*, 13/06/2006:3) e “A nova face do crime organizado” (*O Globo*, 14/08/2006:3).

Entre as outras consequências dessa postura, está uma possível distorção na compreensão do discurso do jornal: constantemente *O Globo* se mostra a favor dos direitos humanos – faz isso inclusive ao dar espaço para a cobrança da lista dos mortos nos ataques, já que entre eles poderia haver muitos inocentes –, mas o incentivo às reações enérgicas das autoridades pode ser entendido como uma legitimação dos abusos cometidos rotineiramente pelas polícias brasileiras. E para que ninguém duvide do poder de fogo dos policiais, o delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo, Marco Antonio Desgualdo, afirmou em citação publicada pelo jornal no dia 17 de maio:

“Se for necessário, vamos ter o prazer de deixar o tabuleiro de xadrez (onde há mais estratégia para a ação) e partir para o futebol americano (jogo conhecido pelo confronto físico entre seus oponentes)” (*O Globo*, 17/05/2006:3).

Na mesma matéria, o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, coronel Eliseu Eclair Teixeira Borges, era citado dizendo: “Se de manhã tínhamos cerca de 60 criminosos mortos e já temos 71 é porque a polícia está matando quem ousa nos enfrentar” (*O Globo*, 17/05/2006:3). A repetida cobrança pela lista com o nome dos mortos nos conflitos com o PCC pode ser entendida como uma tentativa do jornal de equilibrar o noticiário – por um lado, estimulava a autonomia excessiva da polícia, e por outro tentava controlar as ações policiais, exigindo o que pode se considerar uma prestação de contas à sociedade. Essa dubiedade fica clara no box de opinião publicado no dia 23 de maio, onde se lia:

“Diante dos atentados, e da maneira como foram cometidos, tornou-se necessária uma reação dura. As mais de cem mortes em confrontos com a polícia, ocorridas nos dias seguintes ao fim de semana de terror, podem ser entendidas como inevitáveis. No entanto, a resistência do governo paulista a divulgar os nomes dos mortos trabalha contra a imagem do poder público, por reforçar suspeitas sobre a ação de alguns policiais. Quanto mais demorar a ser conhecida essa informação, pior. Em breve, transformarão a polícia de vítima em algoz” (*O Globo*, 23/05/2006:3).

É certo que policiais se transformaram em alvos de uma violência cruel no caso dos ataques promovidos pelo PCC, mas – embora o jornal se alimente de fatos novos – é necessário lembrar que nenhuma cobertura jornalística pode ignorar o contexto mais amplo em que os acontecimentos estão inseridos. Assim, colocar a polícia no lugar de vítima é quase uma irresponsabilidade. Para modificar essa postura não é preciso

defender os criminosos. É possível começar a mudança pelo esclarecimento de uma questão que aparece neste último fragmento de *O Globo* citado: trata-se da falta de clareza sobre as funções da polícia e do governo no combate à violência. No trecho em questão, o texto alterna entre os dois de forma indiscriminada.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, as atribuições da polícia e do governo são diferentes, bem como suas formas de se relacionar com a violência, a sociedade e a própria mídia. Conforme discutido em pesquisa citada no capítulo anterior, é comum que as relações entre as duas instituições sejam ignoradas e a consequência pode ser tanto a transformação de ambas em um agente único, como o estímulo a autonomização da força policial em relação ao estado.

Esta última possibilidade pode se concretizar ao se ler o seguinte texto, início de uma matéria sobre a os ataques promovidos pelo PCC: “Nem o governo nem a polícia divulgaram o nome das 71 pessoas que foram mortas e são suspeitas de participarem da facção criminosa que comandou uma onda de violência em São Paulo” (*O Globo*, 17/05/2006:3). Em última análise, a polícia segue as determinações do governo e, em casos como este, é esperado que o executivo exerça maior comando do que de costume. É possível supor, portanto, que a manutenção do sigilo em relação ao nome dos mortos não foi decidida de forma isolada pela polícia.

Na reportagem publicada no dia 19 de maio na página 3 de *O Globo*, novamente as duas instituições são confundidas. O assunto era a mesma lista e, enquanto o subtítulo cobrava da polícia a divulgação, o texto se referia ao governo como o responsável pela identificação dos mortos. Somente no dia 20 o jornal parece ter feito uma opção em relação ao assunto, transferido então para a competência do governo. A lista ainda voltaria a ser o assunto de destaque dois dias depois.

A política também foi posta em cena com frequência. Políticos foram convocados a manifestar-se sobre o problema, e entraram em pauta assuntos pouco lembrados pelo jornal, como a CPI do tráfico de armas – que “abriu diversas frentes de apuração, originadas principalmente em denúncias feitas pela imprensa” (*O Globo*, 18/05/2006:3). O grande pano de fundo da cobertura foi a disputa eleitoral, baseada nos dois principais candidatos à presidência: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Ambos tentavam atribuir ao outro a responsabilidade pela onda de violência. Talvez esta tenha sido a associação que levou *O Globo* a publicar na mesma página reportagens sobre a pressão pela divulgação da lista dos mortos nos conflitos e um encontro de Lula, do PT, com o então governador de

São Paulo, Cláudio Lembo, do PFL. O segundo texto começava com a seguinte análise: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ensaiou ontem uma aproximação com o PFL, no contexto da crise gerada pelo terror em São Paulo e já em clima eleitoral” (*O Globo*, 22/05/2006:3).

Os políticos, portanto, parecem não ter entrado em cena para apresentar propostas, mas principalmente como personagens da guerra paralela dos indivíduos entrincheirados em seus partidos. A associação entre a política partidária e a gestão da segurança pública é coerente com a realidade, mas pode levar a agendamentos equivocados do problema porque o combate à violência deve ser, na verdade, uma questão acima de interesses eleitoreiros. Além disso, essa mesma associação é capaz de acirrar as disputas entre as esferas estadual e federal que, como visto ao longo deste trabalho, não costumam trabalhar em conjunto.

Mesmo diante da repetição de erros, é importante reconhecer que, ao contrário do que é visto na cobertura diária do jornal – onde a violência é retratada, em geral, de forma descontextualizada, baseada em casos individuais, conforme já analisado –, desta vez *O Globo* tentou retratar o problema dentro de um contexto mais amplo. Outro exemplo da tentativa de contextualizar o assunto pode ser vista na página 3 do dia 21 de maio, dedicada a revelar as ligações entre o crime organizado de São Paulo e o do Rio de Janeiro. O texto não apresentava nenhuma informação absolutamente nova e é possível dizer que dificilmente teria tanto destaque em outras circunstâncias.

Publicada na página 3 de *O Globo*, no dia 15 de agosto, uma reportagem sobre a subutilização do presídio federal de Catandúvas também teria poucas chances de ser considerada tão importante pelo jornal caso o contexto fosse outro. Uma nova onda de violência foi o ponto de partida do texto – o chamado “gancho”, no jargão jornalístico. O mesmo processo parece ter garantido destaque a matérias sobre as relações entre os criminosos e seus advogados, veiculadas nos dias 24 de maio, 28 de junho e 12 de julho. Textos como estes abriram espaço para discussões raras, importantes para a reflexão sobre a violência, e levaram o jornal a consultar novas fontes. Entidades de direitos humanos, a ouvidoria da polícia, a OAB e o Conselho Regional de Medicina foram algumas das instituições citadas nas reportagens analisadas.

Ainda assim, nas páginas do jornal é patente a ausência das causas da violência no Brasil. Ao longo da cobertura analisada, *O Globo* abordou questões mais urgentes, como a presença de celulares dentro dos presídios. Faltou, portanto, o principal: uma discussão sobre as raízes deste problema tão marcante no cotidiano de grande parte dos

brasileiros. Conforme repetido durante este trabalho, não há uma causa única, assim como não há uma única solução. A mídia, entretanto, tem o poder de colaborar ou não com esta tarefa. Fundamental, também, é aceitar que este poder de construir uma outra imagem da realidade não é exclusividade dos meios de comunicação: a própria violência também é linguagem e, assim, conforme discutido anteriormente, participa ela mesma da construção das agendas públicas e midiáticas.

Exemplos dessa capacidade de agendamento da violência podem ser observados na cobertura de *O Globo* analisada aqui. O primeiro está na reportagem publicada no dia 27 de maio: o jornal reservou uma página quase inteira para noticiar o afastamento do então secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa. A demissão foi provocada por denúncias de que ele havia negociado com o PCC o fim das rebeliões que marcaram os primeiros ataques (*O Globo*, 27/05/2006:3).

Em agosto, a violência voltou a interferir nas agendas da mídia e do governo. Em represália à ameaça de cancelamento do indulto que seria concedido a presidiários no dia dos pais, a facção criminosa comandou 144 ataques em 48h. Como resultado, as ações conseguiram destaque na mídia e a manutenção do indulto, que ganhou a página 3 do jornal *O Globo* (*O Globo*, 09/08/2006).

Por fim, o exemplo de maior repercussão foi o seqüestro de uma equipe de reportagem da *TV Globo*. O repórter Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Cardoso foram levados por bandidos às 8h da manhã de um sábado, quando tomavam café em uma padaria próxima à sede da emissora em São Paulo. Calado foi liberado no mesmo dia. Portanova, além de permanecer refém, foi usado pelos criminosos para que um comunicado fosse transmitido pela televisão em rede nacional. Cumpridas as exigências dos bandidos, o repórter foi liberado, na segunda-feira, 14 de agosto. Durante o seqüestro, o repórter nada sofreu, mas naquele momento o crime mudou de patamar e os ataques em São Paulo transformaram-se definitivamente em um caso de mídia.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foram apontadas algumas causas da violência urbana no Brasil. A partir da identificação destas raízes, foi possível compreender que mesmo essa violência do cotidiano está relacionada a questões sociais mais amplas. Para isso, é fundamental aceitar a perspectiva de o país ainda não completou seu processo de passagem da tradição à modernidade, mas já enfrenta desafios impostos pelo capitalismo global.

Diante do estímulo ao consumo insaciável e da intolerância que se infiltra nas relações sociais, as cidades se tornaram lugar privilegiado para a eclosão de atos violentos. O individualismo apenas reina onde quem impera absoluta é a violência. Ela não deve ser vista como um sujeito difuso, capaz de se espalhar por todos os lugares, sem que possa ser controlada. Por não ter sequer uma definição única, não terá nunca uma solução exclusiva, para ser seguida como uma receita.

Embora a violência não deva ser entendida como um espectro dominador, é necessário reconhecer que ela se faz presente no cotidiano dos grandes centros urbanos brasileiros, agindo como linguagem. Assim, pode ser integrada ao discurso da mídia não só como uma referência, mas também como agente. Esse um ponto fundamental para que esta questão seja compreendida de forma diferente. Hoje, é vista apenas como uma ameaça à lei e à ordem, quando, na verdade, esse discurso põem tais instituições em xeque ao estimular a violência exercida pela dominação.

A autoridade da lei e a legitimidade do Estado para manter o monopólio da violência legal dependem da existência de um consenso. Esse acordo, para ser aceito, precisa ser entendido pela maioria como uma forma de garantir o bem comum. Mas as relações sociais baseadas no individualismo e a desigualdade naturalizada são grandes obstáculos. Assim, o Brasil sofre com a completa desinstitucionalização, mas as leis não poderão ser respeitadas enquanto não forem consolidadas as bases comunitárias necessárias para que sejam compartilhadas.

É inegável a existência de problemas práticos como o mau funcionamento das polícias e da Justiça. Mais do que uma reformulação destas instituições – Polícia e Justiça –, é necessário que sejam criadas as condições sociais para que elas funcionem e tenham sua legitimidade reconhecida. Essa mudança requer o envolvimento de toda a sociedade, que deve deixar o lugar de refém ou mera espectadora.

Nesse sentido, o primeiro passo pode ser dado pela mídia. Em primeiro lugar, é preciso que a violência seja apresentada de outra forma, não mais como um mecanismo que opõe a polícia aos bandidos, transformando os outros cidadãos em indivíduos impotentes. Para isso, os meios de comunicação devem contextualizar melhor os casos de violência noticiados.

É preciso que eles usem seu poder de agendamento para promover mudanças. Temas como a Justiça Criminal, as causas sociais da violência e os direitos humanos raramente são discutidos nas notícias. A imprensa ainda é muito pouco pró-ativa no apontamento de soluções para o problema. Além disso, embora tenham deixado de aceitar as versões oficiais de forma acrítica, os jornalistas ainda são muito dependentes das fontes policiais. Os avanços se concentraram basicamente na maior visibilidade alcançada pelo assunto, que antes era retratado quase sempre em notícias pitorescas.

Esforços nesse sentido foram vistos na cobertura dos ataques em São Paulo, promovidos em 2006 pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), a facção criminosa mais poderosa do estado. No entanto, a violência ali ainda foi apresentada basicamente como uma afronta aos poderes constituídos. A imprensa precisa, portanto, agendar reflexões sobre as origens deste problema e abrir espaço para aqueles cidadãos que podem apresentar caminhos para solucioná-lo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, SÉRGIO. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. In: PINHEIRO, PAULO SÉRGIO [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ALVITO, MARCOS. A honra de Acari. In: VELHO, GILBERTO; ALVITO, MARCOS (Org.). Cidadania e Viloência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Editora FGV, 1996.

ANDRADE, EVANDRO CARLOS DE. O começo: com Paulistano, no Diário Carioca. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, 1997. In: ABREU, ALZIRA ALVES; LATTMAN-WELTMAN, FERNANDO; ROCHA, DORA (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARATTA, ALESSANDRO. Filósofo de uma criminologia crítica. In: Seminário Mídia & Violência Urbana. Relatos, 1993, Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

CAFFÉ ALVES, ALAÔR. A viole6encia oculta na violência visível: A erosão da lei numa ordem injusta. In: PINHEIRO, PAULO SÉRGIO [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CALLIGARIS, CONTARDO. Lei e comunidade: com algumas propostas. In: PINHEIRO, PAULO SÉRGIO [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CARVALHO, MARIA ALICE REZENDE DE. Quatro Vezes Cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CARVALHO, MARIA ALICE REZENDE DE. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In: MESSEDER PEREIRA, CARLOS ALBERTO [et al.] (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HERSCHMANN, MICAEL. As imagens das galeras funk na imprensa. In: MESSEDER PEREIRA, CARLOS ALBERTO [et al.] (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LEMGRUBER, JULITA. Os números da violência. In: FEGHALI, JANDIRA; CANDIDO MENDES; LEMGRUBER, JULITA (Org.). Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

LEMGRUBER, JULITA. Pena alternativa: cortando a verba da pós-graduação do crime. In: VELHO, GILBERTO; ALVITO, MARCOS (Org.). Cidadania e Viloência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Editora FGV, 1996.

MEMÓRIA GLOBO. Jornal Nacional: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MESSEDER PEREIRA, CARLOS ALBERTO. O Brasil do sertão e a mídia televisiva. In: MESSEDER PEREIRA, CARLOS ALBERTO [et al.] (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

MISSE, MICHEL. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI ,JANDIRA; CANDIDO MENDES; LEMGRUBER , JULITA (Org.). Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

MUNIZ SODRÉ. Violência, mídia e política. In: FEGHALI ,JANDIRA; CANDIDO MENDES; LEMGRUBER , JULITA (Org.). Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006.

PINHEIRO, PAULO SÉRGIO. Diagnósticos da violência. In: PINHEIRO, PAULO SÉRGIO [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

PINHEIRO, PAULO SÉRGIO. Polícia e consolidação de mocrática: o caso brasileiro. In: PINHEIRO, PAULO SÉRGIO [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

RONDELLI, ELIZABETH. Imagens da violência e práticas discursivas. In: MESSEDER PEREIRA, CARLOS ALBERTO [et al.] (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAPERAS, ENRIC. Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas. Porto:Edições Asa, 1993.

SOARES, LUIZ EDUARDO. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: MESSEDER PEREIRA, CARLOS ALBERTO [et al.] (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SODRÉ, MUNIZ. O Social Irradiado: Violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez Ed., 1992.

VELHO, GILBERTO. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, GILBERTO; ALVITO, MARCOS (Org.). Cidadania e Viloência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Editora FGV, 1996.

VENTURA, ZUENIR. Cidade Partida. São Paulo:Companhia das Letras, 1994.

WOLF, MARIO. Teorias da Comunicação. 4 ed. Lisboa: Ed. Presença, 1995.

ZALUAR, ALBA. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, GILBERTO; ALVITO, MARCOS (Org.). Cidadania e Viloência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Editora FGV, 1996.

REPORTAGENS ANALISADAS (em ordem cronológica)

D'ERCOLE, RONALDO; GALHARDO, RICARDO; RUSSO, GUILHERME; MOTTA, SANDRA. Criminosos atacam polícia de São Paulo e matam 30. O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 maio 2006. 2 ed. O País, p.3.

_____. São Paulo conta 72 mortos e há presos rebelados em 3 estados. O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 maio 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO; DE GÓIS, CHICO. São Paulo acuado pelo crime. O GLOBO. Rio de Janeiro, 16 maio 2006. O País, p.3.

DE GÓIS, CHICO. “Não interessam heróis mortos”. O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 maio 2006. O País, p.3.

GRIPP, ALAN. De ouvidos ligados na Câmara. O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 maio 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO. Uma lista de 107 mortos sem nomes. O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 maio 2006. 2 ed. O País, p.3.

GANDOUR, RICARDO; DE GÓIS, CHICO; FREIRE, FLÁVIO. E os nomes dos mortos? O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 maio 2006. O País, p.3.

AGGEGE, SORAYA. Crime faz ponte Rio-SP. O GLOBO. Rio de Janeiro, 21 maio 2006. O País, p.3.

DE GÓIS, CHICO. Em nome da lei. O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 maio 2006. O País, p.3.

DE GÓIS, CHICO. MP dá prazo para receber lista. O GLOBO. Rio de Janeiro, 23 maio 2006. O País, p.3.

GALHARDO, RICARDO. “Quanto mais demorar mais difícil será achar os autores”. Entrevista de Antonio Furnari Filho. O GLOBO. Rio de Janeiro, 23 maio 2006. O País, p.3.

GRIPP ALAN; ÉBOLI, EVANDRO. Advogados com o crime. O GLOBO. Rio de Janeiro, 24 maio 2006. O País, p.3.

FRANCO, ILIMAR; LIMA, MARIA. Azeda o clima entre PSDB e PFL. O GLOBO. Rio de Janeiro, 25 maio 2006. O País, p.3

AGGEGE, SORAYA. Lula diz que Lembo fez o que pôde. O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 maio 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO; AGGEGE, SORAYA. Uma baixa em meio à guerra. O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 maio 2006. O País, p.3.

FARAH, TATIANA. Medo Uniforme. O GLOBO. Rio de Janeiro, 28 maio 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO. Policiais mortos com até 19 tiros. O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 maio 2006. O País, p.3.

GALHARDO, RICARDO. Grupos de extermínio assassinaram 27. O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 maio 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO. Polícia reage e mata 13 em SP. O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 junho 2006. O País, p.3.

BARBOSA, ADAURI ANTUNES. Rebeliões e greves tumultuam os presídios. O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 junho 2006. O País, p.3.

MAZITELLI, FÁBIO; BERGAMIN Jr, GIBA; BARBOSA, ADAURI ANTUNES. Diretamente das prisões. O GLOBO. Rio de Janeiro, 28 junho 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO. “Partimos para o enfrentamento. Isso aqui é uma guerra”, diz Alckmin. O GLOBO. Rio de Janeiro, 28 junho 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO. Atentados em série em SP. O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 julho 2006.2 ed. O País, p.3.

GRIPP ALAN. Advogada entregava clientes. O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 julho 2006. O País, p.3.

BARBOSA, ADAURI ANTUNES. A repetição da afronta. O GLOBO. Rio de Janeiro, 13 julho 2006. O País, p.3.

FARAH, TATIANA. Paz em SP. Ao menos no gabinete. O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 julho 2006. O País, p.3.

FREIRE, FLÁVIO. Crime ataca SP de novo. O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 agosto2006. O País, p.3.

AGGEGE, SORAYA. Saulo mobiliza 600 policiais para “ato cívico”. O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 agosto 2006. O País, p.3.

TEODORO, PLÍNIO. Após ataques, indulto para 11 mil. O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 agosto 2006. 2 ed. O País, p.3.

FARAH, TATIANA. A nova face do crime organizado. O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 agosto 2006. 3 ed. O País, p.3.

CARVALHO, JAILTON; BARBOSA, ADAURI ANTUNES. O presídio de um preso só. O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 agosto 2006. O País, p.3.

FARAH, TATIANA. Portanova: “ Parecia que eu não ia voltar mais”. O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 agosto 2006. 2 ed. O País, p.3.

DE LA PEÑA, BERNARDO. A guerra. O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 setembro 2006.
Especial Eleições, p.9.